

Precisamos falar sobre "termo, aplicação e fogo"

Em novo artigo, nosso colaborador Fábio Caputo explica os termos recorrentes em documentos ou outros materiais memorialísticos. "Por princípio, e sem aprofundamento, *Termo* e *Aplicação* de cara sugerem ser parte de um dialeto geográfico e estrutural da administração portuguesa e ultramarina. *Fogo*, no entanto, é aquela que mais incentiva um interesse desconfiado e faz franzir a testa, inclusive por saber que o fogo é um indicativo de presença humana".

Página 4



Momento histórico: São Pedro da Carapuça é certificada pela Fundação Cultural Palmares

"A Comunidade São Pedro da Carapuça, localizada no município de São Tiago, alcançou um importante marco em sua trajetória: o reconhecimento oficial de sua condição de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. (...) A certificação é resultado de um longo processo de mobilização comunitária, pesquisas históricas e fortalecimento da identidade cultural da comunidade".

Página 7

CONHEÇA O "REI DO CAMPO GRANDE"

Impossível falar sobre resistência e luta por liberdade sem mencionar o Quilombo do Ambrósio, o mais importante de Minas Gerais: "Avulta-se, nesse contexto, a figura do Rei ou Pai Ambrósio, marcante liderança negra do século XVIII, mais precisamente no período pós-Guerra dos Emboabas e Inconfidência Mineira, porém esquecido e apagado da história governamental mineira – silenciamento que beira à perplexidade, segundo conceituados historiadores a exemplo de Tarcísio José Martins".

Página 9

A 'Joana d'Arc brasileira'

"Em guerras, figuras femininas nem sempre são lembradas ou associadas à linha de frente dos conflitos", escreveu Priscila Carvalho em reportagem da BBC. Tudo para introduzir Maria Rosa, uma adolescente de apenas 15 anos que rompeu esse paradigma no Sul do Brasil.

Página 18

QUATRO DÉCADAS



Em 27 de agosto corrente, o Sicoob Credivertentes celebra 40 anos de fundação. Ou melhor: de revolução iniciada em 1986, quando 22 homens do campo se uniram em São Tiago para, com co-

ragem e ousadia, implantarem uma instituição nascida do povo e para o povo. Tudo isso visando promover inclusão financeira, democratização do crédito e, ainda, bem-estar social. Deu certo.

O sonho daqueles pioneiros é hoje realidade em 27 cidades e distritos, congregando 55 mil cooperados (e eles, a quem agradecemos e enalteçamos, são igualmente **protagonistas dessa história**).

PREÂMBULO

EXPECTATIVAS – E FRUSTRAÇÕES – QUANTO AO OUTRO

Somos levados culturalmente, quem sabe por mecanismos evolutivos, a depender do outro, elevando-o à condição de portador de uma individualidade providencial, carismática, às vezes salvifica e assim nos sujeitamos ao incerto, quicá ao imponderável. Ainda que receptivo, alcançável, de princípios idôneos, o outro é, em si, imperfeito, falível, também desconhecedor, muitas vezes, de si próprio, do que é melhor para si, inseguro de seu desejo.

Não temos, por vezes, opinião provida, sequer coragem, motivação, para nos melhorar e assim podermos melhorar o mundo. Fantasiamos, vacilamos, buscamos burlar ou justificar as escolhas – frequentemente erradas – as opiniões, as indecisões, lançando-as nas costas de alguém. Aliás, nós, a sociedade, em que vivemos, dispomos de vasto arsenal e mecanismos de defesa, de desculparmo-nos, culparmos os outros. Nos preenchemos de recortes, subjetividades, fantasias, expectativas...O hábito de avaliarmos as atitudes alheias, a partir de nossas projeções, conjecturas, sem nos atermos a uma leitura prévia, às razões, intenções e condições que levaram outrem àquela postura, ação ou inanição. Dificéis, quando não surpreendentes, a análise, avaliação de nossos comportamentos, pensamentos, manifestações à luz da razão! Muitas vezes, mascaramos, camuflamos nossas efetivas intenções, dentro daquilo que planejamos ou esperá(vamos) obter. Não damos, ademais, nunca a cara a tapa. Não nos revelamos, não expressamos nossos reais desejos ou intentos...

Buscamos a aprovação, o reconhecimento alheio, soluções mágicas e quando surgem as frustrações, com elas explodem sentimentos virulentos, sensações ácidas, vendavais de raiva, culpa, injustiça, dor, depressão, baixa autoestima. Não somos, na prática, treinados ou habilitados para enfrentar perdas – fenômeno natural, universal – e que nos acompanham desde que nascemos; momento, a partir do qual, somos fracionados, provados, lapidados por dissabores, rejeições, saudades, a privação de entes queridos, frustrações de toda monta. Ao crescermos, seremos suscetíveis a experiências, as mais diversas, muitas desconfortáveis: o rompimento de relacionamentos amorosos, a perda de empregos, o contato com a violência, a eventual ocorrência de sinistros.

Necessitamos, embora nossa fragilidade, ter uma visão de alteridade, de superação, aceitação do processo existencial, não nos negando, nem negando os fatos ocorridos, assumindo, igualmente, nossas responsabilidades, nos reconstruindo, nos superando. A dor, a catarse, são, em parte, processos de renascimento, desafios para novas realizações, obstáculos, que, após superados, nos indicam novos caminhos, horizontes ainda inexplorados, instigantes territórios...

Adivinhas/Charadas



- 1- O que é, o que é? Deita-se na cama com a gente, às vezes tapa o nariz e gosta de frio, mas não diz?
- 2- O que é, o que é? O que mostra tudo o que vê sem falar uma palavra?
- 3- O que é, o que é? O que quanto mais cresce, menos se vê?
- 4- O que é, o que é? Bebo água com os pés e respiro ao contrário. O que eu sou?

Respostas: 1) Resfriado; 2) O espelho; 3) A escurecida; 4) A árvore.

Provérbios e Adágios

- O muito falta, o pouco excede.
- Quem nunca cavalgou, não pode comandar uma cavalaria.
- O ouvinte atento adquire o conhecimento; os sábios buscam a instrução.
- Brilhar não significa iluminar.

Para refletir

- "O iludido não é o enganado, é quem engana."
- "Cada amanhecer é uma nova página em branco na sua história."
- "O impossível é sempre o que não tentamos."
- "A vida pede coragem, não permissão."

ARQUEÓLOGOS DESCOBREM NOME DE ASTRÔNOMO MAIA PELA 1ª VEZ APÓS ACHAR ASSINATURA

Especialista que viveu há mais de mil anos e era responsável por elaborar cálculos sobre os movimentos dos planetas

Por Sarah Macedo

Pela primeira vez, arqueólogos conseguiram identificar o nome de um astrônomo-matemático da antiga **civilização maia**. A descoberta, feita em uma pequena sala no sítio arqueológico de Xultun, na **Guatemala**, revela a identidade de um cientista que viveu há mais de mil anos e era responsável por elaborar cálculos sobre os movimentos dos planetas.

Até hoje, os pesquisadores sabiam que os maias possuíam conhecimentos sofisticados em **astronomia e matemática**, mas desconheciam quem eram os responsáveis por esses trabalhos. Agora, graças a uma equipe de arqueólogos que decifram uma sequência de 11 glifos, foi possível atribuir uma dessas fórmulas a um indivíduo chamado Sak Tahn Waax, nome que pode ser traduzido como "Raposa de Peito Branco". A descoberta foi descrita em um novo estudo publicado nesta terça-feira (14) na revista *Antiquity*.



Expediente

O boletim é iniciativa independente, popular, voluntária. Assim, precisa do apoio de São Tiago e região; de pessoas comprometidas com o desenvolvimento e a preservação da memória coletiva. Contribua conosco! Somando esforços, multiplicamos Cultura e Tradição.



credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

Comissão: Adriana Martins, Elisa Coelho, Fabiana Diéle
Coordenação: Ana Clara de Paula
Redação: João Pinto de Oliveira
Colaboração: IHG – São Tiago
Apoio: Fernanda Cristina de Sousa
Revisão: Fábio Caputo e Sandra Caputo
Jornalista Responsável: Marcus Santiago (MTB 19.262/MG)

Enfim, Agosto!

Celebrar 40 anos do Sicoob Credivertentes é a materialização de muitos sonhos. Sonhos de cidadãos do nosso meio, de homens do campo que tinham como ideal transformar vidas e a realidade cotidiana. De gente simples que ousava pensar em um futuro financeiro mais justo, próspero, inclusivo, de oportunidades para todos.

Os “Pioneiros das Vertentes”, então, foram visionários que acreditaram (e provaram!) ser possível, com cooperação e junção de forças comuns, chegar mais longe. Ou, quem sabe, a um futuro que hoje nos é presente — e que ontem parecia inalcançável. Quem diria...

Lá se foram quatro décadas. Já chegaram os 40 anos.

Eis que, entre a contemplação do tempo e os festejos por uma marca tão histórica quanto heroica, também contamos histórias de superação, de empreendimentos que ganharam vida, de lares amparados, de sonhos realizados e de transformações viabilizadas por crédito justo, acessível, compartilhado, honesto.

Afinal, em meio a todos e tantos obstáculos, jamais nos afastamos da ética ou dos elevados princípios cooperativistas. Tampouco nos distanciamos das nossas raízes e da nossa gente — a quem orgulhosamente chamamos de *cooperados*.

A eles dedicamos, além do nosso trabalho, nossa gratidão pelo apoio depositado. Ou melhor: pela confiança em integrar a nossa Cooperativa e pela coragem de revolucionar o Campo das Vertentes tornando-se peças basilares para o fortalecimento da nossa instituição. Sim, é de todos o reconhecimento e o mérito pelas exitosas conquistas do

Sicoob Credivertentes — bem como as exaltações ao sublimado momento destes 40 anos de jornada, odisséia.

O barco que busca novos portos e novas décadas de viagem já navega num oceano de transformações. De mudanças que exigem flexibilidade e solidez; modernidade e tradição; prudência estratégica e avanço sustentável; impactos mercadológicos e sociais... São necessários, portanto, marujos audazes que conduzam a embarcação com Cooperativismo, esperança e propósito — tal qual os primeiros navegantes na história da nossa Cooperativa.

Sejamos capazes, portanto, de saltar das nossas naus e mergulhar num esforço inabalável por um mundo de justiça, inclusão econômica, dignidade e paz. De vislumbrar terras firmes povoadas por agentes de progresso e bem comum.

Afinal, a lição inderrogável destas quatro décadas é que só geramos riquezas mediante produção, inovação, capacitação, união, crédito com Justiça Financeira. De Programas de Investimento Social envolvendo arte, cultura, meio ambiente, profissionalização, empreendedorismo, saúde financeira.

Muito sabemos, muito fizemos. Há muito mais a descobrir.

Assim, seguimos incentivando o protagonismo e a implementação de soluções locais sem que agentes externos resolvam nossos destinos (porquanto não nos conhecem, não têm vinculações afetivas e históricas com o nosso meio).

Avante, Vertentes! Avante com seus guardiões e tarefeiros com propósito; com cuidadores zelosos de nossas searas; com homens e mulheres fiéis ao ideário de “um por todos, todos por um”. Ontem, hoje, nos próximos 40 anos. Sempre.

1ª FLIST: uma celebração da leitura, da escrita e da história de São Tiago

por Maria Elena Caputo

De 05 a 09 de agosto, aconteceu, em São Tiago, a 1ª Feira Literária Cultural de São Tiago (FLIST), por iniciativa de Diogo Fernandes, funcionário do Instituto Histórico (IHGST). O evento foi único por contemplar as três bibliotecas da cidade: a Biblioteca Pública Municipal Joaquim Pinto Lara, a Biblioteca Comunitária Khalil Gibran e a Biblioteca Comunitária no Cerrado, em parceria com diversas entidades, entre elas o IHGST, a Prefeitura Municipal, o SICOOB Credivertentes, o Coletivo das Quitandeiras, a Associação dos Artesãos, entre outras.

Durante o evento, realizado na Praça Ministro Gabriel Passos, no Largo do Forno, foram desenvolvidas diversas atividades, como palestra sobre acessibilidade e democratização do acesso à leitura para pessoas com deficiência; relançamento de livros; exposição de obras de escritores são-tiaguenses; oficinas de artesanato; venda de livros e produtos artesanais; venda e exposição de quitandas caseiras; apresentação do Projeto Viola Viva; aula de ginástica; contação de histórias; homenagem aos escritores da cidade; palestra com a Editora Bellas Artes; momento de café comunitário; além de um estande com venda de livros em prol da causa do Davi.

Também houve a participação da Banda Lira da Imaculada Conceição, que abrilhantou o evento com belíssimas canções. A programação foi encerrada no Dia do Escritor, em 10 de agosto, com



uma passeata pelas três bibliotecas da cidade, culminando em um farto “Café com Biscoito”, marcado por animadas conversas, belos relatos e muita interação entre os presentes.

Durante o evento, foram proporcionados muitos encontros e momentos de troca de experiências, com depoimentos e reflexões sobre a “arte de escrever” e a importância de registrar a nossa história.

O objetivo geral da feira foi valorizar os escritores locais e celebrar o Dia do Escritor, instituído no calendário municipal pela Prefeitura. O projeto foi criado pelo Sr. Diogo Fernandes, com o apoio do IHGST e da Câmara Municipal, e estabeleceu o dia 10 de agosto como data comemorativa no município.

Ao longo da feira, foi ressaltada, em todas as atividades, a importância do registro histórico, bem como a necessidade de incentivar esse cuidado em nossa cidade, contribuindo para a preservação, perpetuação e valorização da nossa história local.

Foram dias muito proveitosos, marcados pela união das mais diversas formas de expressão artística: leitura, escrita, interpretação, canto, música e artesanato.

Tudo isso foi enriquecido pelos sabores das quitandas, pelos saberes do povo, pelos dizeres dos escritores e pelos olhares diferenciados sobre a nossa história.

Que essa semente lançada produza bons frutos, hoje e sempre!

TERMO, APLICAÇÃO E FOGO

Mapa de População de **São Tiago** do Termo de São José del Rei - 1831
Arquivo Público Mineiro PP 1/10 cx 41 doc 18
Transcrição do CEDEPLAR-UFMG
Resumido por Moacyr Villela

fogo	nome	posição	sexo	cor	idade	estado	ocupação
Quarteirão 1							
1	JOZE MENDES DOS SANTOS	chefe do fogo	masculino	branca	47	solteiro	
	5 escravos						
2	VICENTE FERREIRA DA COSTA	chefe do fogo	masculino	branca	53	casado	agricultor
	MARIA CANDIDA DA SILVA	cônjuge	feminino	branca	38	casado	costureira
	JOZE FERREIRA DA COSTA	dependente	masculino	branca	22	solteiro	agricultor
	JOAO FERREIRA DA COSTA	dependente	masculino	branca	14	solteiro	agricultor
	RITA CANDIDA	dependente	feminino	branca	20	solteiro	costureira
	MARIA CANDIDA	dependente	feminino	branca	18	solteiro	fiadeira
	THEREZA CANDIDA	dependente	feminino	branca	16	solteiro	costureira
	GNACIA CANDIDA	dependente	feminino	branca	15	solteiro	fiadeira
	ANNA CANDIDA	dependente	feminino	branca	14	solteiro	fiadeira
	BARBARA CANDIDA	dependente	feminino	branca	9		
	RITA CANDIDA	dependente	feminino	branca	7		
	2 escravos						
3	D.THEREZA JOAQUINA DE JEZUS	chefe do fogo	feminino	branca	55	viuvo	tecedeira
	JOZE LOURENCO DA SILVA	dependente	masculino	branca	33	solteiro	negociante
	JOAQUIM MARIANO	dependente	masculino	branca	30	solteiro	negociante
	RITA	dependente	feminino	parda	24	solteiro	tecedeira
	2 escravos						

Por Fabio Antônio Caputo
Membro do IHGST

Respeitando sua origem e seu compromisso memorialista o Boletim Sabores e Saberes de São Tiago, o nosso periódico, assiduamente apresenta matérias sobre temas, histórias, costumes e genealogia de Minas Gerais, com base em nossa região, ambientados nos séculos XVIII e XIX. No corpo desses artigos publicados facilmente se encontram transcrições de textos e documentos de época e o uso de títulos, nomes e vocábulos então em voga. Três palavras chamam a atenção, sem esforço, provavelmente merecendo uma explicação que elimine algumas dúvidas e construa um contexto, a saber, Termo, Aplicação e Fogo. Por princípio, e sem aprofundamento, Termo e Aplicação de cara sugerem ser parte de um dialeto geográfico e estrutural da administração portuguesa e ultramarina. Fogo, no entanto, é aquela que mais incentiva um interesse desconfiado e faz franzir a testa, inclusive por saber que o fogo é um indicativo de presença humana.

O Arraial de São Tiago, no período histórico entre os séculos XVIII e XIX, era referenciado em textos e documentos como "Aplicação de São Tiago, termo da Vila de São José". A Vila de São José, no caso Vila de São José do Rio das Mortes e depois São José del Rei, é a atual Tiradentes. Isso significava dizer que o arraial pertencia àquela vila, por ela era governado e estava sob sua jurisdição. Termo teria o significado de uma área geográfica, uma divisão administrativa, algo similar aos atuais distritos, com uma autonomia parcial, mas ainda sob as ordens da vila. A palavra Aplicação, por sua vez, reforça o sentido de subordinação e dependência. O arraial, como parte de um todo, era "aplicado" à vila.

Vale a pena um desvio por um pensamento paralelo. O passar do tempo confunde e altera alguns significados. Em nosso mundo contemporâneo de megalópoles, metrópoles e cidades de vários portes a palavra vila representa um lugar de pouca importância, pequeno, sem recursos e visibilidade. Entretanto, durante o Ciclo do Ouro as vilas desempenhavam um papel fundamental como polo de poder sustentando o funcionamento dos aspectos administrativos e econômicos do Brasil colônia. Resumidamente, fiscalizavam e controlavam as atividades mineradoras, as cobranças de impostos, possuíam autonomia política refletida em suas câmaras municipais, disponibilizavam justiça e cadeia, regulavam o planejamento urbano e o comércio, tudo sob a bandeira da Coroa.

Na passagem do século XVIII para o século XIX a Vila de São José, Tiradentes, começou a perder relevância política e potencial econômico. A produção de ouro em suas terras foi drasticamente reduzida pelo esgotamento das minas. O crescimento relevante da Vila de São João del Rei, fundação datada de

1713, ancorado numa posição privilegiada para atividades comerciais, sendo ponto de passagem do Caminho Novo e um pouco mais tarde recebendo a presença da Estrada de Ferro Oeste de Minas, contribuiu para retirar da Vila de São José a posição máxima na hierarquia administrativa regional, apropriando-se dessa condição em decorrência de uma lei provincial de 1848. São João del rei continuou aumentando o perímetro de sua área de influência e se tornou sede da Comarca do Rio das Mortes.

Para o início das considerações sobre a terminologia Fogo será útil apresentar exemplos retirados de dois números do Boletim Sabores e Saberes: "o Guarda Mor Matheus Furtado de Mendonça é listado como morador do Fogo 1, Quarteirão do Mosquito" (BSS, no 194, pag.5); "Manoel e Maximiana ... moradores do Fogo 35, curato de São João Batista (BSS, no 171, pag.9).

Como a intuição já começa a sugerir Fogo é uma referência técnica antiga, característica do tempo colonial, presente em trabalhos e registros censitários (Mapas, que se assemelham às planilhas atuais). Fogo era um termo útil para designar uma unidade familiar, rotulando-a numericamente em sequência, para distinção e identificação.

Esta unidade familiar é diferente do seu correspondente atual pesquisado pelos recenseamentos periódicos dos tempos atuais. Um Fogo era bem mais do que o endereço de uma moradia e seus ocupantes. Seu significado era mais complexo e completo, considerando a família proprietária, parentes, acolhidos, agregados e escravos, e as atividades produtivas ali exercidas. Poderia até existir mais de uma casa residencial dentro de um nicho bem fechado. Geralmente os casamentos, as compras de terra por terceiros e a imigração eram as formas de se constituir novos Fogos.

O primeiro censo oficial do Brasil, então império, foi ordenado por Dom Pedro II em 1872, realizado pela Diretoria Geral de Estatística, o precursor do IBGE. Antes disso aconteceram iniciativas de âmbito local como um recenseamento com listas nominativas durante a década de 1830 em Minas Gerais.

Estas listas nominativas consideravam para cada Fogo o nome das pessoas ali residentes, a posição de cada uma na hierarquia, e mais sexo, cor, idade e estado civil além da ocupação, ou habilidade profissional. Esta estrutura pode ser vista no Mapa de população de São Tiago, de 1831, transcrito digitalmente pelo Projeto Compartilhar e aqui disponibilizado.

O pequeno extrato apresentado deste Mapa é suficiente para algumas observações: os escravos somente eram contabilizados, sem nome e sem o registro detalhado; existiam Fogos comandados por solteiros; normalmente o chefe do Fogo era o homem mais velho e proprietário das terras, mas pontualmente existiam mulheres nessa posição de liderança.

Quanto a Quarteirão e Curato, ficam para outra oportunidade.

OS CEM ANOS DE D. LEOPOLDA NOCCHI DE CARVALHO 1926 – 2026

Dia 13 de julho último, foram celebrados, no Rio de Janeiro, os cem anos de exuberante existência de D. Leopolda Nocchi de Carvalho, em marcante solenidade com a presença de sua filha, genro, netos, bisneta, parentes e amigos.

Em plena vitalidade e lucidez, D. Leopolda é personalidade, assaz, ligada à história são-tiaguense, aqui vivendo entre os anos de 1949 a 1951, em companhia do marido, Sr. Luiz Octávio Maldonado de Carvalho, gerente à época da agência do Banco Nacional em nossa cidade. Aliás, foi o Sr. Luiz Octávio, bisneto do Pe. Júlio José Ferreira, quem instalou a agência, sendo o seu 1º gerente, solenidade que contou com a presença do Deputado Dr. Júlio Ferreira de Carvalho, seu tio e filho ilustre de São Tiago, acompanhado este de sua esposa Juracy Guimarães de Carvalho (1905 – 1994).

Ainda hoje D. Leopolda mantém contatos com pessoas da comunidade, amigas da época de sua permanência entre nós, a exemplo de D. Nilda Mata.

D. Leopolda Nocchi, nascida aos 08 de julho de 1926, em Belo Horizonte, filha – dentre outros irmãos – do italiano Vitorino Nocchi e D. Efigênia Bretas Nocchi. Por profissão normalista, tendo estudado com as irmãs do Sacré Coeur de Marie, nossos cumprimentos, nossa reverência à Srª Leopolda Nocchi, ao ensejo de seu dadivoso, inolvidável, abençoado centenário.



Pequena biografia do Sr. Luiz Octávio Maldonado

O Sr. Luiz Octávio Maldonado de Carvalho nasceu em Belo Horizonte, a 01 de abril de 1925, filho do advogado Dr. José Maurílio Ferreira de Carvalho e de sua 1ª esposa, D. Gelta Maldonado de Carvalho. Órfão materno aos 3 anos de idade, foi criado justamente com seus dois outros irmãos, Carlos Octávio Maldonado e Nara Maldonado de Carvalho pela tia paterna, Maria José de Carvalho Vidal e seu esposo Lauro Gomes Vidal.

Seu pai, o Dr. José Maurílio Ferreira de Carvalho nasceu em São Tiago aos 13/09/1899, batizado aos 17 dias do mesmo mês e ano, filho de Laudares Antonio de Carvalho e D. Maria José de Carvalho, esta filha de Pe. Júlio José Ferreira (Livro batismos da Paróquia de São Tiago – 1895 a 1909, fls.73).

Dr. José Maurílio casado em 1ªs núpcias, aos 16/05/1924, com D. Gelta Maldonado de Carvalho. Casal com três filhos. Enviuvando-se a primeiro de abril de 1928, casou-se em 2ª núpcias com D. Nazareth de Paula de Carvalho aos 11 de fevereiro de 1933, tendo deste consórcio, quatro filhos.

Dr. José Maurílio faleceu aos 29 de outubro de 1955, em

Belo Horizonte, deixando esposa e filhos.

O Dr. Luiz Octávio Maldonado de Carvalho formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG – 1948.

Casou-se aos 23 de fevereiro de 1949 com D. Leopolda Nocchi de Carvalho.

Designado como 1º Gerente da agência do Banco Nacional em São Tiago, agência por ele inaugurada em 15 de agosto de 1949, aqui vivendo até 1951 com sua esposa.

Transferiu-se em 1952 para São Paulo, ali atuando como bancário e ainda industrial, ali permanecendo até o final dos anos oitenta, quando se aposentou, passando a residir em Teresópolis e posteriormente no Rio de Janeiro aí falecendo aos 27 de junho de 2002.

De seu casamento, deixou a filha Cláudia, casada com Zigman Lima e dois netos, Daniel e Camila.

O casal Dr. Luiz Octavio e D. Leopolda mereceram/merecem todo o apreço de nossa comunidade, aqui deixando um legado de trabalho, zelo, amizades, pelo que compartilhamos e nos associamos às justas homenagens a D. Leopolda e extensivamente a todos os distintos familiares.

RUA JOAQUIM MARQUES DA SILVA

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

A Rua Joaquim Marques da Silva é uma das ruas mais antigas de São Tiago e cheias de histórias. Seu nome homenageia o Sr. Joaquim Marques da Silva (1872–1940), carinhosamente conhecido como “Joaquim Sacristão”, homem de profunda fé, simplicidade e espírito de serviço. Nascido em 3 de setembro de 1872, na Fazenda da Florinda, próxima à antiga Vila de São Tiago, casou-se com D. Maria José Ribeiro e constituiu uma família de sete filhos. Agricultor e criador de animais, dedicou grande parte de sua vida à Paróquia de São Tiago, onde exerceu por muitos anos a missão de sacristão, catequista e auxiliar dos padres Júlio José Ferreira e José Duque de Siqueira.

A rua possui grande extensão. Originalmente, iniciava-se na atual Avenida 31 de Março, próximo ao centro da cidade. Posteriormente, sua delimitação foi alterada, passando a ter início nas proximidades da Praça Vereador Edilson Barbosa e estendendo-se até a região da Várzea, popularmente conhecida como Vargem, alcançando a antiga estrada que ligava São Tiago ao município de Oliveira.

Durante muitos anos, foi apenas uma estrada de terra, percorrida diariamente por moradores, tropeiros, agricultores e viajantes provenientes da zona rural. Ao longo de sua história, a Rua Joaquim Marques da Silva tornou-se referência pelo intenso convívio comunitário. Um dos pontos mais conhecidos era a residência do Sr. José Caputo Filho, o saudoso Preste, e de sua esposa D. Nuna. Sua casa era parada quase obrigatória para quem chegava da zona rural, oferecendo um café, um momento de descanso ou uma boa conversa. Ao lado da residência funcionava o tradicional **Armazém São José**, onde se encontrava de tudo um pouco: gêneros alimentícios, utensílios diversos, além de frangos, carne de porco e as tradicionais linguças artesanais produzidas pela própria família.

Outro importante marco da rua foi a antiga sementeira, coordenada por órgãos públicos em convênio com a Prefeitura Municipal. O espaço era responsável pela produção de mudas de diversas espécies vegetais, contribuindo significativamente para o paisagismo, a arborização e o embelezamento da cidade. A sementeira oferecia oportunidade de trabalho a muitos adolescentes e jovens, que conciliavam o horário escolar com a atividade de encher saquinhos para o preparo das mudas. A permanência no serviço estava condicionada à assiduidade e ao bom desempenho na escola.

Também existia no local uma antiga construção, conhecida popularmente como **Abatedouro**. No entanto, a obra não foi concluída nem chegou a ser utilizada para a finalidade para a qual havia sido construída.

Uma característica marcante da região sempre foi sua geografia. Cercada por grandes voçorocas ou popularmente conhecido como esbarrancados, a área chegou a ser conhecida popularmente como “Boca do Lixo”, denominação relacionada ao descarte irregular de resíduos ocorrido em determinado período.

Conta-se que, há muitos anos, o Pe. José Duque alertava a comunidade para que tivesse prudência ao construir suas casas na região. Segundo ele, naquela área existiam diversas minas e nascentes d’água, além de um solo predominantemente argiloso, considerado instável para suportar construções de maior porte. O sacerdote advertia que essas características poderiam comprometer a segurança das edificações, aumentando o risco de rachaduras e até mesmo de desabamentos.



Em fevereiro de 2017, após intensas chuvas, um grande deslizamento de terra provocou o desabamento de três residências. O solo escuro e úmido da encosta, alimentado por um pequeno filete de água que corre nos fundos do terreno, contribuiu para o acidente. Muitos moradores recordam que, anos antes, esse mesmo pequeno curso d’água era espaço de lazer das crianças, que ali brincavam, pescavam pequenos lambaris e observavam girinos, construindo memórias afetivas que permanecem vivas até hoje.

A rua também foi morada de personagens que fazem parte da memória popular de São Tiago. Entre eles, destaca-se Zé Miúdo, muito conhecido por seu dom de benzeção e pela ajuda prestada a inúmeras famílias. Também viveram ali o Sr. Abel, Sr. José Moisés Caputo, conhecido como “Zé Mingau”, com sua residência muito bela e de arquitetura diferente nas outras da cidade, D. Geralda e sua família apelidada de Marimbondos, D. Binha, integrantes da tradicional Família Reis, além de D. Francisca Vieira e seus familiares, todos reconhecidos como importantes referências para a comunidade local.

Nos tempos mais recentes, a Rua Joaquim Marques da Silva consolidou-se também como importante espaço para a economia local com a instalação da fábrica de biscoitos Tesouro de Minas, empresa que gera empregos há muitos anos e continua sendo fonte de renda para diversas famílias são-tiaguenses.

Além de sua importância histórica, a rua mantém uma forte relação com a qualidade de vida dos moradores. Até os dias atuais, a rua registra intensa movimentação de pessoas que utilizam seu percurso para caminhadas em direção à Torre, espaço que se consolidou como um importante ponto de convivência, lazer e prática de atividades físicas.

A Rua Joaquim Marques da Silva possui muitas histórias, memórias e encontros. Casas, moradores e acontecimentos ajudaram a construir a identidade deste lugar, lembranças vivas da história de São Tiago e de seu povo.

Comunidade São Pedro da Carapuça conquista certificação quilombola da Fundação Cultural Palmares

por Marcus Santiago

A Comunidade São Pedro da Carapuça, localizada no município de São Tiago, alcançou um importante marco em sua trajetória histórica com o reconhecimento oficial de sua condição de comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. A certificação foi formalizada por meio da Portaria FCP nº 248, de 25 de junho de 2026, publicada no Diário Oficial da União, edição nº 123, de 3 de julho de 2026.

Conforme o documento, a comunidade foi certificada após apresentar sua Declaração de Autodefinição como Remanescente de Quilombo, no âmbito do Processo Administrativo nº. 01420.100024/2026-27. O registro foi realizado no Livro de Cadastro Geral nº 23, sob o nº. 3.444, conferindo reconhecimento institucional à identidade étnico-cultural da comunidade, em conformidade com a legislação brasileira de proteção aos direitos das comunidades quilombolas.

A certificação representa o resultado de um longo processo de mobilização comunitária, pesquisas históricas e fortalecimento da identidade cultural da comunidade. Durante alguns anos, lideranças locais participaram de encontros, promoveram estudos, realizaram visitas técnicas e intercâmbios com outras comunidades quilombolas, reunindo informações fundamentais para a construção do processo de reconhecimento.

Segundo relato de Fânia Isabel da Silva, uma das principais articuladoras dessa conquista, a iniciativa para obtenção da certificação teve início a partir de seu trabalho voltado ao turismo de base comunitária. Na busca por aprofundar os conhecimentos sobre a história, a ancestralidade e os direitos das comunidades tradicionais, Fânia estabeleceu contato com Edna e com pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ampliando a rede de apoio ao projeto.

O processo contou ainda com a participação decisiva do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES), entidade privada sem fins lucrativos, de âmbito estadual, fundada em 1985. O CEDEFES atua na promoção da informação, da educação popular, da documentação, da pesquisa, da assessoria e da elaboração de projetos voltados aos povos tradicionais e aos movimentos sociais, fortalecendo suas lutas, sua organização, sua articulação e a conquista de direitos.

Por meio do Projeto Raízes do Futuro, o CEDEFES desenvolve ações voltadas à valorização das tradições e da memória das comunidades quilombolas das regiões do Alto Paraopeba, Vale do Piranga e Campo das Vertentes/Zona da Mata. O projeto busca reconhecer a presença viva desse patrimônio cultural e transformá-lo em instrumento de fortalecimento da identidade, da cidadania e do desenvolvimento das comunidades.

Também foi fundamental o apoio da Prefeitura Municipal de São Tiago, bem como a colaboração do historiador e geógrafo Bruno Henrique dos Santos, que contribuiu com informações históricas e orientações técnicas. Ao longo dessa caminhada, diversas outras pessoas e instituições também colaboraram, direta ou indiretamente, compartilhando conhecimentos, documentos, memórias e experiências que enriqueceram o processo de reconhecimento.

A partir desse trabalho coletivo, iniciado em 31 de outubro de 2021, durante o período da pandemia de COVID-19, o processo ganhou ainda mais consistência com a participação de Rosana, Carla Ferreira e Paulo, que auxiliaram na organização das pesquisas, na sistematização da documentação e na realização de conversas, entrevistas e visitas de campo a diversas comunidades remanescentes de quilombo. Essas experiências possibilitaram conhecer diferentes formas de organização comunitária, ampliaram o entendimento sobre a realidade dessas comunidades e fortaleceram os elementos necessários para o reconhecimento oficial da Comunidade de São Pedro da Carapuça.

Como resultado desse amplo trabalho de pesquisa e valorização da memória local, foi publicada a obra "Comunidade Quilombola São Pedro da Carapuça – São Tiago/MG: História, Território, Economia e Sociedade", integrante da Coleção Raízes do Futuro, organizada pelo CEDEFES. O livreto reúne informações históricas, geográficas, culturais e sociais da comunidade, tornando-se um importante instrumento para a preservação de sua memória e para a difusão de sua identidade junto às futuras gerações.



Esse esforço coletivo culminou na certificação concedida pela Fundação Cultural Palmares, representando muito mais do que um ato administrativo. O reconhecimento oficial fortalece a identidade histórica e cultural da comunidade, amplia as possibilidades de acesso a políticas públicas específicas e assegura maior proteção ao seu patrimônio material e imaterial, às suas tradições e à memória coletiva de seus moradores.

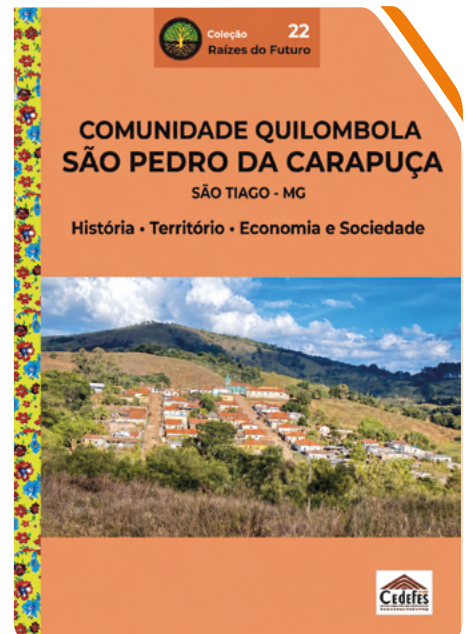
Até então, a identidade quilombola da comunidade era preservada principalmente pela memória dos mais antigos e pela tradição oral transmitida entre gerações. Com a certificação, esse pertencimento passa a contar também com o reconhecimento formal do Estado brasileiro, consolidando juridicamente uma identidade historicamente vivenciada pela população local.

A conquista também reafirma a importância da preservação da memória daqueles que contribuíram para a formação da comunidade. Entre essas personalidades destaca-se o Sr. Américo José de Castro, lembrado pelos moradores por ter doado o terreno destinado ao núcleo comunitário de São Pedro, gesto que possibilitou o estabelecimento de diversas famílias e contribuiu significativamente para a consolidação da comunidade.

Para Fânia Isabel da Silva, a certificação representa a confirmação oficial de uma história que sempre esteve presente na memória dos moradores. Se antes o reconhecimento da Comunidade de São Pedro da Carapuça como quilombola se sustentava principalmente na tradição oral, agora ele passa a ser respaldado por um documento oficial, fortalecendo a luta pela preservação da cultura, da identidade e dos direitos da comunidade.

Sob a perspectiva histórica e sociocultural, a certificação da Comunidade de São Pedro da Carapuça representa um importante avanço na valorização do patrimônio afro-brasileiro em São Tiago. Além de reconhecer oficialmente sua ancestralidade, o título fortalece a identidade coletiva, preserva a memória de seus antepassados e amplia as perspectivas para o desenvolvimento social, cultural e educacional da comunidade.

Trata-se de uma conquista construída ao longo de anos de dedicação, pesquisa e trabalho coletivo, reunindo moradores, pesquisadores, instituições parceiras e apoiadores em torno de um objetivo comum. Esse reconhecimento garante maior visibilidade à história da comunidade, contribui para a preservação de seu legado e assegura que sua memória continue viva e seja transmitida às futuras gerações.



LITERATURA, MEMÓRIA E CULTURA MARCAM O 16º CAFÉ LITERÁRIO DA ESCOLA AFONSO PENA JÚNIOR

Por Marcus Santiago

A Escola Estadual “Afonso Pena Júnior” realizou, nos dias 10 e 11 de julho de 2026, a 16ª edição do tradicional Café Literário, evento que já integra o calendário cultural da instituição e que, neste ano, passou a fazer parte das comemorações oficiais do centenário da escola, cuja celebração ocorrerá em fevereiro de 2027. Com o tema “100 Anos: Sem Silêncio! E.E. Afonso Pena Júnior: Um Século Formando São-Tiaguenses”, a iniciativa reuniu alunos, professores, equipe pedagógica, servidores, familiares e a comunidade em uma programação marcada pela valorização da educação, da literatura, da arte e da história local.

Promovido pela equipe pedagógica juntamente com os estudantes, o Café Literário reafirmou seu papel como um espaço de incentivo à leitura, à pesquisa, à criatividade e ao protagonismo estudantil. Durante os dois dias de atividades, o público acompanhou apresentações teatrais, monólogos, oficinas, roda de conversa e momentos de confraternização, proporcionando uma rica experiência cultural e educativa.

Nesta edição, o evento prestou uma homenagem especial aos escritores são-tiaguenses, reconhecendo a contribuição daqueles que, por meio da literatura, preservam a memória, a cultura e as tradições do município. As apresentações abordaram perso-

nagens, fatos históricos e obras ligadas à identidade local, aproximando os estudantes da produção literária de sua própria terra e reforçando a importância da valorização dos autores locais.

As atividades evidenciaram o talento, o comprometimento e a dedicação dos alunos, professores e da equipe pedagógica, que transformaram o ambiente escolar em um espaço de conhecimento, expressão artística e reflexão. Mais do que um evento cultural, o Café Literário fortaleceu os vínculos entre a escola e a comunidade.

Ao longo de suas dezesseis edições, o Café Literário consolidou-se como um dos mais importantes projetos culturais da Escola Estadual “Afonso Pena Júnior”. A edição de 2026 teve um significado especial por integrar a programação preparatória para as comemorações dos 100 anos da instituição.

Nossos parabéns à direção da Escola Estadual “Afonso Pena Júnior”, à equipe pedagógica, aos professores, aos alunos, aos demais servidores, bem como a todos os colaboradores e parceiros envolvidos na organização do 16º Café Literário. A realização de um evento tão bem planejado e inspirador reafirma o compromisso da escola com a educação de qualidade, a promoção da cultura e a preservação da história local. Foi um momento de grande significado para toda a comunidade, merecedor de reconhecimento e aplausos pela dedicação, organização e excelência na realização de um evento de elevado valor cultural, literário e educativo, que enriquece a vida cultural de São Tiago.

FOTOS: FERNANDO CAMPOS



TRABALHADORES ESTRANGEIROS

A chegada de milhares de trabalhadores chineses no Brasil trouxe polêmica ante a situação social nacional. Um contraste com a situação de milhares de brasileiros dependentes da bolsa família para garantir comida na mesa.

Afinal, falta emprego ou falta mão de obra disposta e preparada para trabalhar?

Por que estas milhares de vagas não estão sendo ocupadas por brasileiros?

Por que não temos uma força produtiva formal? Como um País com tanta gente recebendo auxílio social para sobreviver, portanto desempregados, precisamos importar milhares de trabalhadores de outro continente para tocar nossas fábricas, obras, linhas de produção?!

Segundo analistas, tornamo-nos símbolo de um País que criou uma enorme rede assistencial (ou assistencialista) não conseguindo formar uma verdadeira cultura de trabalho.

Não contamos, afinal, com mão de obra técnica, treinada, disciplinada. É o que nos parece!

Até que ponto a assistência permanente (o Bolsa Família com benefícios cada vez maiores e com ampliação a mais famílias) pode desestimular a busca/interesse pelo trabalho formal?

Pesquisas do FGV IBE mostram que tais políticas vêm redu-

zindo a participação de alguns grupos no mercado de trabalho, a exemplo de homens jovens no norte e nordeste, esta justamente a faixa que deveria estar entrando – e atuando – com força no mercado, disputando espaço nas novas cadeias produtivas.

Atônitos, todos assistimos as empresas buscarem profissionais fora, enquanto muitos brasileiros, em especial os jovens não querem – ou não se sentem estimulados – trabalhar.

O País que para muitos criou uma “mentalidade de dependência” custeada pelo Estado, sem que tenha sido criada uma porta clara para o emprego, qualificação e independência financeira, ou seja, a inexistência de uma transição real para a produtividade.

Enquanto milhares de chineses chegam ao nosso território, tornamo-nos, os brasileiros espectadores, onde programas sociais bilionários sustentam milhões de famílias dependentes, improdutivas.

Como atrair investimentos estrangeiros, formar brasileiros realmente capacitados para empregos de qualidade, com políticas permanentes de não dependência de auxílio social?

O retrato, a vitrine de um País que paga para pobreza sobreviver, mas não ensina sua população a se superar pelo trabalho.

(Fonte: Jornal O Tempo/Folha SP)



Quilombo do Campo Grande – Sertão do Campo Grande, século XVIII. Comunidade organizada, resistente e autônoma (gerado por IA)

1746 – 2026: 280 anos de um importante evento

Agosto de 1746 – O arregimentamento das tropas coloniais no Sítio dos Curtumes em Resende Costa e seu deslocamento pela região para combater o 1º Quilombo do Rei Ambrósio.

AMBRÓSIO, O REI DO CAMPO GRANDE

Líder de milhares de aquilombados no Sertão do Campo Grande, à época do domínio colonial – vulto apagado da história de Minas Gerais – um símbolo da resistência popular, da luta pela terra e pela liberdade, que vem sendo resgatada nos últimos tempos.

A região ou Sertão do Campo Grande, a qual incluía nosso atual município, abrangia vasto território, estendendo-se do Rio das Mortes, Sul e Oeste de Minas, Alto São Francisco, Alto Paranaíba, alcançando partes do Triângulo Mineiro. Nessa extensa área, comunidades negras constituíram, no século XVIII, espaços de refúgio, sociabilidade, defesa, autonomia – os chamados “quilombos” – territórios organizados com formas próprias de resistência, convivência, livre alvedrio⁽¹⁾. Não eram apenas esconderijos de pessoas escravizadas em fuga ou áreas comumente rotuladas pela história oficial como marginais e sim comunidades confrontadoras do sistema escravista e que buscavam alternativas concretas, contestadoras à ordem colonial estabelecida. Os quilombolas eram, na visão das autoridades coloniais, tidos como “bárbaros matadores” a serem combatidos a qualquer custo e ainda sua eliminação como forma de “limpeza” dos territórios do Centro-Oeste, Alto São Francisco, Alto Paranaíba onde a presença quilombola era mais consistente.

Avulta-se, nesse contexto, a figura do Rei ou Pai Ambrósio, marcante liderança negra do século XVIII, mais precisamente no período pós-Guerra dos Emboabas e Inconfidência Mineira, porém esquecido e apagado da história governamental mineira, silenciamento que beira à perplexidade, segundo conceituados historiadores a exemplo de Tarcísio José Martins, autor de “Quilombo do Campo Grande: a história de Minas roubada ao povo”. Rei ou Pai Ambrósio, vulto heroico, cuja marca remanesce, ao longo dos séculos, na memória oral, tradições populares, topônimos, saberes comunitários, monumentos territoriais⁽²⁾, ruínas, heranças culturais que dão visibilidade à liderança negra do século XVIII, extrapolando a

narrativa oficial que restringe a história a ciclos econômicos, disputas pelo ouro, movimentos políticos elitistas, a exigir-se revisão/reavaliação.

O quilombo do Campo Grande revela, pois, uma história de resistência negra, que se espalharia, ao longo do século XVIII, por áreas compreendidas hoje pelos municípios de Cristais, Ibiá, Formiga dentre outros. A chamada “Primeira Povoação do Ambrósio” destruída em 1746 pela expedição do Cap. Antônio João de Oliveira⁽³⁾, abrangeria ainda terras dos atuais municípios de Aguanil, Guapé Alpinópolis, Carmo do Rio Claro.⁽⁴⁾

Pouco se sabe, até o momento, sobre a vida pessoal de Pai ou Rei Ambrósio. Há especulações de que seria de origem africana, provavelmente banto, trazido prisioneiro para o Brasil, alforriado por jesuítas, estabelecendo-se no interior de Minas Gerais, em inícios do século XVIII. Informações sem fundamentação, senão uma adulteração, uma farsa, na acepção do historiador Tarcísio José Martins. Fundando, conjuntamente com sua consorte Cândida, um refúgio para escravos foragidos, a iniciativa se propagou, estendendo-se/formando cerca de 27 quilombos, entre o Alto Paranaíba e o Centro-sul de Minas, reunindo a confederação cerca de 15.000 membros, que enfrentariam várias expedições enviadas pela Coroa Portuguesa entre os anos de 1726 a 1760.

O nome de Pai ou Rei Ambrósio aparece pela primeira vez em documento oficial na carta que o governador José Antonio Freire de Andrade escreveu às câmaras em 12 de fevereiro de 1757, onde fala de suas “reliquias”. O Mapa de todo o Campo Grande (1763) traz, outrossim, as localizações/denominações da Primeira Povoação do Quilombo do Ambrósio. As “Cartas Chilenas” (1788) mencionavam “um afamado quilombo onde viveu o Pai Ambrósio”.

O perfil de Pai e Rei Ambrósio foi distorcido, falsificado pela historiografia oficial (colonial-monarquista) e somente revisado a partir dos meados/finais do século XX.⁽⁵⁾ O apagamento de sua figura não é apenas simbólico, assim se mantendo ante



Quilombolas trabalhando na terra (gerado por IA)



Pai ou Rei Ambrósio reunido com os quilombolas (gerado por IA)

a falta de reconhecimento territorial dos quilombos e áreas indígenas, a permanência de conflitos fundiários, desigualdades e discriminações sociais vigentes, os direitos humanos cotidianamente violados. Tema que necessita ser revisado – a história das populações negras que resistiram à escravidão, construíram territórios autônomos, desafiaram direta e abertamente o poder colonial.

O primeiro quilombo ou povoação de Pai Ambrósio (Cristais/Formiga) foi atacado em 1746 pelo Cap. Antonio João de Oliveira⁽⁶⁾. tendo as tropas arregimentadas em toda a região se deslocado do Sítio dos Curtumes, no município de Resende Costa.⁽⁷⁾ evento que perfaz, pois, 280 anos. Tendo sobrevivido aos encarniçados enfrentamentos, Ambrósio e companheiros transferiram-se para a região da atual cidade de Ibiá (MG), instalando-se no Quilombo do Pernaíba, vindo perecer em combate, de arma na mão, no dia 07 de setembro de 1759, contra as tropas do bandeirante Bartolomeu Bueno do Prado.

- Sobre o tema Combate aos Quilombos do Pai Ambrósio” ver matéria em nosso boletim nº CXLIII – agosto/2019.
- Sobre a Expedição do Cap. Antonio João de Oliveira e sua passagem pela região ver matéria em nosso boletim nº CXIX – agosto/2017.
- Sobre o Cap. Manoel Ribeiro de Sousa um dos comandantes no combate ao 1º Quilombo do Ambrósio ver **matéria em nosso boletim nº CCIII – agosto/2024.**

NOTAS

(1) Os quilombos de então tinham ramificações em Cristais, Formiga, Guapé, Arcos, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Três Pontas, Campo do Meio, Boa Esperança, Campos Altos, Santa Rosa da Serra, Córrego Danta, Luz, Bambui, Oliveira, Tapiraí, São Gotardo, Nova Resende, Capetinga, São Sebastião do Paraíso, São Tomás de Aquino, Pratápolis, Guaxupé, Guaraniésia, Jacuí, Passos, Monte Belo em Minas Gerais e ainda Pedregulho, Franca e Divinolândia no atual Estado de São Paulo, palcos de batalhas envolvendo quilombolas e forças coloniais.

Tamanha era, então, a preocupação das autoridades da Coroa. O

Governador Gomes Freire de Andrade em carta datada de Vila Rica em 06 de abril de 1745, endereçada a D. Luiz Mascarenhas, governador da Capitania de São Paulo, destaca que “também tenho infestado o caminho de São João (del-Rei) a Goiás com um quilombo, segundo dizem, de mais de seiscentos negros armados” (APM Códice 84, n. 75, de 06-04-1745).

Da carta do Governador Gomes Freire, escrita de Vila Rica e data de 08-08-1746, dirigida ao Rei D. José, lê-se: “Senhor: há mais de vinte anos que, em distância da Comarca de São João Del-Rei para a parte chamada de Campo Grande, entre a dita comarca e a de Goiás, principiou-se a formar um troço de negros, a que vulgarmente chamam quilombo e há anos se tem aumentado” (APM cx. 49, verbete 4022, doc. 27, CD 15).

(2) Espaços de resistência, locais marcantes, antigos redutos quilombolas, dentre tantos, são a povoação do Ambrósio, Morro da Vigia (Cristais), o Morro das Balas (Formiga – tombado pela Prefeitura local), Serra do Ambrósio no município de Carmópolis de Minas, como testemunho e lembrança viva da luta contra a escravidão em Minas Gerais.

(3) A expedição comandada pelo Cap. Antonio João de Oliveira, com cerca de 300 homens, partindo do Sítio dos Curtumes, no atual município de Resende Costa, passaria por nossa região em agosto de 1746. Tal o custo da campanha militar, que o Governador Gomes Freire requisitou às câmaras de Vila Rica, São João Del-Rei e Sabará a cota/contribuição de 2.750 oitavas de ouro. Ainda: em carta datada de 22-07-1746, endereçada ao Capitão Mór da Vila de São João Del-Rei, Manoel da Costa Gouveia, o Governador Gomes Freire ordena-lhe o recrutamento de “mais tropas” no Brumado, encaminhando-as “sem demora ao Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta, onde acharão o Capitão Antonio João de Oliveira, cujas ordens seguirão para execução de uma diligência mui importante ao serviço de Sua Majestade” (APM Códice SC 84, fls. 111).

Para o ataque, o Governador Gomes Freire enviou para São João Del-Rei 400 barris de pólvora, balas, munições e armas retiradas dos armazéns reais de Vila Rica. Da mesma forma, quando do ataque no final da década de 1750 por Bartolomeu Bueno do Prado, a provedoria da Real Fazenda encaminhou para São João Del-Rei mais 150 espingardas, mais 150 baionetas, material para bestas e cavalos e ainda 200 granadas. Mantimentos como farinha de mandioca, feijão, suínos foram adquiridos em toda a Capitania para o abastecimento das tropas.

Tais tropas, em suma, recrutadas em Congonhas, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Prados, Entre-Rios, São João del-Rei, Ritá-



Sistema de defesa do Quilombo (gerado por IA)



Ataque ao Primeiro Quilombo do Ambrósio – 1746 (gerado por IA)



Último combate de Pai Ambrósio – 07 de setembro de 1759 (gerado por IA)

polis, Passa Tempo, reunidas no Sítio dos Curtumes dali seguindo para os embates contra os quilombolas e que deveriam, ainda segundo o Gov. Gomes Freire em carta dirigida ao Cap. Antonio João de Oliveira estar “no dia nove de julho (1746) no Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta, que serão abastecidas de munições de guerra e boca pelo Capitão Vicente da Costa...” (APM Códice SC 84, fls. 109).

(4) Em carta escrita de Vila Rica pelo Governador Gomes Freire de Andrade ao Capitão Antonio João de Oliveira, comandante das tropas expedidas ao Campo Grande, esclarecendo-/instruindo-o quanto aos preparativos finais para a partida das tropas, que estavam acantonadas no Sítio dos Curtumes, em, 01-06-1746: “Mande três oficiais de guerra à freguesia dos Carijós (Conselheiro Lafaiete), Congonhas, Ouro Branco e Prados para que delas tirassem e se pusessem em marcha duzentos homens armados e ao Capitão da Vila de São João Del-Rei ordenei tirasse daquela vila e suas vizinhanças sessenta homens armados, que outros sessenta que o Capitão Vicente da Costa Chaves tem a incumbência de aprontar”. Que todos esses destacamentos estivessem no dia 9 de julho no Sítio dos Curtumes, adiante da Ponte Alta, onde o dito Capitão Vicente da Costa há de pôr ao mesmo tempo, todas as munições de guerra e de boca que mandei juntar em sua casa e distrito” (APM Códice SC 84, fls. 109).

Na carta escrita de Vila Rica em 27-07-1746 pelo Governador Gomes Freire endereçada ao Capitão Mór da Vila de São João Del-Rei, ordena-lhe que recrute mais tropas no Brumado (Entre-Rios) e em Santa Rita (Ritápolis) encaminhando-as, sem falta, ao “Sítio dos Curtumes”, adiante da Ponte Alta, aonde acharão o Capitão Antonio João de Oliveira, cujas ordens seguirão para a execução de uma diligência mui importante ao serviço de Sua Majestade” (APM SC 84 fls. 111).

As tropas partindo de Resende Costa, em agosto de 1756, consoante a cartografia da época e documentos disponíveis, seguiram rumo oeste, passando pela capela de São João Batista (Morro do Ferro), capela de Nossa Senhora de Oliveira (Oliveira), Fazenda do Curral (sul de Itapecerica), Tamanduá (Itapecerica), dali tomando o rumo sul pela margem direita do Rio Formiga, onde atacaram os palanques e quilombos, localizados nos locais “Morro das Balas” e “Fazenda do Quilombo”.

(5) A figura do líder negro Ambrósio, embora contraditória quanto a detalhes biográficos, é seguramente real, legando em seu tempo e posteridade uma imagem de honra, valentia, dignidade, serieda-

de. A conglomeração de quilombos, sob seu comando, envolvia genericamente todo o chamado “Campo Grande”, região que ia do Rio Grande, bacias dos rios Pará e Paraopeba, chegando à região de Ibiá, Serra da Saudade e Medeiros. Em seu romance “Quilombolas – lenda mineira inédita” o autor José Joaquim do Carmo Gama nomeia-o como um homem “jovem, inteligente, valente, esbelto, dotado de todas as qualidades próprias de um bom general” e “purificado de muitos vícios de sua nação”. A narrativa, editada em 1904, baseou-se, segundo o próprio autor no manuscrito “Apontamentos geográficos e históricos” de Januário Pinto Moreira, que, por sua vez, a teria ouvido do Pe. Caturra (segundo historiadores, residente no arraial de Guarapiranga – mencionado no Códice Costa Matoso, 1999, p. 257) e ainda de Pe. Eusébio Nogueira Penido, pároco de Itatiaçu e vereador em Itaúna, séc. XIX).

O texto-narrativa tem como personagens, dentre outros, o valente João Wrumeia, o estrategista Hyanhaguerra e comandantes gerais nomeados por Ambrósio para proteger o reino quilombola. Ainda a figura de Pedro Rebolo, traidor, que viria a ser executado por Catarina, mulher de confiança do líder Manuel Cabinda.



Mapa do Sertão do Campo Grande – 1763. Extensão dos quilombos e principais povoações (gerado por IA)

(6) Relatos dos ataques aos palanques e quilombos acham-se registrados em carta do Gov. Gomes Freire enviada ao Rei D. José I, em data de 06-10-1746 e ainda na Carta da Câmara de Tamanduá (Itapecerica) à Rainha D. Maria I “acerca dos limites de Minas Gerais com Goiás” (1793) onde são discriminados os batalhões e armas empregadas, períodos de combates, números de mortos, feridos, aprisionados etc.

(7) “Apesar de existirem três ou quatro topônimos com esse nome (Ponte Alta) em toda a Minas Gerais, constatamos que a mais provável, seguida do topônimo “curtume”, mais próxima da indicação do mapa de José Joaquim da Rocha. Essa Ponte Alta, situada na divisa do noroeste de Ritápolis com o leste-sul de Resende Costa, havendo no extremo norte de Ritápolis, divisa com o sudoeste de Resende Costa, um córrego com o nome de “do Curtume”, compatível com a indicação de “adiante da Ponte Alta”, dada por Gomes Freire, que escrevia de Vila Rica para São João Del-Rei” (Tarcísio José Martins – “Quilombo do Ambrósio: História de Minas que se devolve ao povo”).

NOTA DE FALECIMENTO

É com profundo pesar que comunicamos o falecimento de **GERALDO TIBÚRCIO**, filho ilustre e natural de Ritápolis (MG), cuja vida foi marcada pela fé, pelo conhecimento e pelo incansável serviço à Igreja e à comunidade.

Ainda jovem, foi seminarista, experiência que fortaleceu sua vocação de servir e que norteou toda a sua trajetória. Por muitos anos, exerceu a missão de formador de seminaristas, contribuindo para a formação humana, intelectual e espiritual de inúmeras gerações. Também colocou seu vasto conhecimento a serviço da Igreja como tradutor e corretor de textos de diversos sacerdotes.

Em Ritápolis, dedicou muitos anos à catequese e foi colaborador incansável da Semana Santa, ajudando a preservar e fortalecer essa importante manifestação de fé e tradição de nosso povo. Mesmo residindo em São João del-Rei, jamais se afastou de suas raízes: esteve sempre presente nas celebrações e festividades da Paróquia de Santa Rita de Cássia, participando ativamente da vida da comunidade.

Na vida pública, exerceu o mandato de vereador, sempre comprometido com o bem comum e o desenvolvimento de sua terra natal.

Homem de profunda fé, cultura e espírito de serviço, Geraldo Tibúrcio deixa um legado de amor à Igreja, à educação e à comunidade ritapolitana. Seu testemunho de dedicação e generosidade permanecerá vivo na memória de todos que tiveram a graça de conviver com ele.

Neste momento de dor, unimo-nos em oração, pedindo a Deus que o acolha em Sua infinita misericórdia e conceda conforto e esperança aos seus familiares, amigos e a toda a comunidade que hoje lamenta sua partida.

Paróquia de Santa Rita de Cássia



**SR. GERALDO
TIBÚRCIO**

★ 06/10/1936

† 25/07/2026

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França

Inaugurada em 1749, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Penha de França é um templo e marco religioso na cidade de Resende Costa em Minas Gerais, em homenagem à Maria (mãe de Jesus) ou, como também pode ser nomeada segundo os católicos, Nossa Senhora da Penha de França por ter mostrado-se à Simão Vela no oeste da Espanha, em uma serra denominada Penha de França (Lisboa). No local também são celebradas missas e festas, como por exemplo a celebração da padroeira.

Em 12 de dezembro de 1749 foi concedida ao fazendeiro João Francisco Malta, proprietário da Fazenda da Lage, provisão expedida pelo então bispo de Mariana, Dom Frei Manuel da Cruz, autorizando a construção de uma capela onde hoje está Resende Costa em Minas Gerais. Junto da igreja, foram edificadas e erguidas, no local onde hoje se encontra o Largo da ma-

triz, algumas casas (aproximadamente oito) de fazendeiros da região, com o objetivo de abrigar as famílias que tinham interesse em participar dos cultos e festas religiosas. Com o passar do tempo e desenvolvimento regional, a população do Arraial da Lage aumentou, em função da mineração e dos tropeiros, viajantes e famílias que buscavam abastecimento na região mineira, acarretando também no crescimento do número de fiéis.

Em 3 de abril de 1840 foi decretada a lei de número 184, assinada por Bernardo Jacinto da Veiga, até então presidente de Minas Gerais, a qual promovia a capela à Paróquia. Junto disso, dia 7 de julho do mesmo ano o Padre Joaquim Carlos tomou posse da gestão da Igreja e foi denominado o primeiro pároco do templo, tendo sua gerência encerrada em 1879 com sua morte.



Imagem de Nossa Senhora da Penha de França, venerada em Resende Costa-MG



Matriz antiga de Resende Costa

Daisy Campos celebra 70 anos cercada de carinho e gratidão

A comemoração dos 70 anos da Daisy Campos foi marcada por um emocionante encontro de confraternização que reuniu familiares, amigos e pessoas que fizeram parte de sua trajetória de vida. O almoço festivo, realizado no dia 25 de julho, na chácara do Paulinho, proporcionou momentos de alegria, reencontros, abraços e muita emoção, celebrando não apenas uma data especial, mas uma história construída com afeto, dedicação e sólidos laços de amizade ao longo das décadas.

Entre os presentes estavam familiares, padrinhos, as primeiras professoras do primário, do antigo Ginásio Santiaguense, colegas do Curso Normal da CNEC, companheiros de mais de 30 anos de trabalho na Prefeitura Municipal, colegas da Escola Estadual "Afonso Pena Júnior", amigos dos tradicionais carnavais e dos bailes da Sede Social na década de 1980, além de comerciantes e inúmeras pessoas que, de diferentes formas, fizeram parte de sua caminhada. Ao longo de sua vida profissional, Daisy prestou relevantes serviços ao município de São Tiago, atuando em diversos setores da administração pública, com destaque para a Biblioteca Pública Municipal, o Arquivo da Prefeitura e o Memorial Santiaguense, onde contribuiu de forma significativa para a preservação da história, da cultura e da memória são-tiaguense.

A celebração foi, acima de tudo, um momento de gratidão pelo dom da vida e pelas amizades cultivadas ao lon-



gos dos anos. A comemoração dos 70 anos de Daisy Campos simbolizou o reconhecimento de uma trajetória marcada pelo compromisso, pela generosidade, pela amizade e pelo amor a São Tiago, celebrada ao lado de familiares, amigos e de todos aqueles que acompanharam sua caminhada e compartilharam momentos importantes de sua vida.

200 ANOS DA FOTOGRAFIA: MEMÓRIA VISUAL DA HUMANIDADE

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

Em 9 de maio de 1826, a humanidade deu um dos passos mais marcantes na história da comunicação visual. Nesse dia, o inventor francês Joseph Nicéphore Niépce realizou a primeira fotografia conhecida, utilizando uma câmara primitiva de madeira e um suporte sensibilizado quimicamente à luz. A experiência, conduzida com paciência e precisão, exigiu horas de exposição para registrar uma imagem tênue de uma mesa posta em seu jardim, inaugurando uma nova forma de preservar a realidade.

Esse acontecimento representa um marco histórico e cultural. Pela primeira vez, tornou-se possível capturar um instante do mundo sem a intervenção direta do desenho ou da pintura. A fotografia transformou a maneira como as pessoas registravam suas memórias, documentavam acontecimentos e preservavam sua identidade, aproximando gerações por meio de imagens.

Embora o resultado obtido por Niépce ainda fosse experimental e pouco estável, desaparecendo quando exposto à luz, sua descoberta abriu caminho para o aperfeiçoamento dos processos fotográficos nos anos seguintes. As primeiras fotografias permanentes surgiram apenas meses e até anos depois, consolidando uma invenção que revolucionaria a ciência, a arte, o jornalismo e a cultura.

Do ponto de vista da memória coletiva, a fotografia tornou-se um patrimônio da humanidade. Ela eterniza momen-

tos familiares, registra transformações sociais, documenta guerras, celebra conquistas e preserva manifestações culturais que, sem esse recurso, poderiam se perder com o passar do tempo. Cada fotografia representa um fragmento da história, capaz de despertar lembranças, emoções e reflexões sobre diferentes épocas e sociedades.

A experiência realizada por Joseph Nicéphore Niépce em 1826 foi um dos maiores marcos da história cultural mundial. Seu pioneirismo deu origem a uma linguagem universal que continua aproximando pessoas, preservando memórias e contando a história da humanidade por meio da força das imagens.

Em 2026, celebram-se os 200 anos da criação da primeira fotografia, um marco que transformou profundamente a história da humanidade. O bicentenário da experiência realizada por Joseph Nicéphore Niépce nos leva à reflexão sobre o extraordinário legado da fotografia como instrumento de memória, conhecimento, arte e identidade cultural. Ao longo de dois séculos, a fotografia ultrapassou os limites da experimentação científica para tornar-se uma linguagem universal, capaz de documentar acontecimentos históricos, preservar patrimônios, registrar tradições e eternizar momentos que compõem a memória coletiva dos povos. Celebrar esses 200 anos é reconhecer a importância de uma invenção que continua conectando passado, presente e futuro por meio da força e da permanência das imagens.

EVOLUÇÃO DA FOTOGRAFIA: DA MÁQUINA AO CELULAR



REFERÊNCIAS:

AVENTURAS NA HISTÓRIA. Pioneira: A primeira fotografia tirada na História, publicado em 24 de jul. de 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/almanaque/qual-e-primeira-fotografia-ja-tirada.phtml#google_vignette> Aventuras na História. Acesso em: 9 jul. 2026.

SÔ OLÍMPIO E CASCATINHA: LUGARES DE LAZER, CONVIVÊNCIA E MEMÓRIAS

Por Fernando de Castro Campos
Membro do IHGST

Houve um tempo em que os finais de semana eram esperados com ansiedade simples e verdadeira. A felicidade morava nas coisas mais simples. Ela vinha escondida no cheiro da terra molhada depois da chuva, no barulho das águas correndo entre as pedras e na ansiedade gostosa das manhãs de domingo, quando muitas famílias se preparavam para passar o dia nos cantos mais bonitos da natureza. Não havia pressa, não havia luxo, não havia necessidade de muito. Bastava a companhia certa, uma toalha estendida na grama, uma sombra generosa, a água correndo entre as pedras e molhar os pés na água fria para transformar um dia comum em lembrança eterna. Ah, e não podia deixar de levar alguns comes e bebes. Muitas das vezes, até acontecia um piquenique.

Entre esses lugares mais queridos estava o inesquecível “Sô Olímpio” ou simplesmente, “Sôlímpio”, um espaço muito tradicional para quem buscava frescor nos dias de calor. Ficava no finalzinho da rua Governador Valadares, porém tinha que descer uma trilha para chegar lá embaixo. Ali, uma pequena queda d’água deslizava delicadamente pelas pedras antigas desaguava em um tanque natural de pedra, no seu ponto mais baixo, sendo de fácil acesso e mais próximo da cidade, diferentemente de outros mais longe. O som da água ecoava, misturado às gargalhadas, à conversa fiada e ao contato com a natureza, ao som do canto dos passarinhos escondidos nas árvores e das longas conversas dos adultos sentados à sombra, aproveitando para descansar e ver seus filhos brincarem.

O caminho até lá já fazia parte da magia. As trilhas de terra levantavam um cheiro seco de poeira misturado ao perfume doce do mato. Na época de gabiobas, dava para ir pegando. Pelo percurso, o verde parecia mais vivo: samambaias se inclinavam sobre as margens, as árvores desenhavam sombras dançantes no chão e o vento soprava leve, balançando os galhos como se a própria natureza acolhesse quem chegava.

Mas o Sô Olímpio também carregava suas histórias de medo. As mães viviam preocupadas com as brincadeiras das crianças perto das pedras e da água, temendo algum acidente ou tragédia. Mesmo assim, aquilo fazia parte da memória do lugar: os avisos, os cuidados e a liberdade das crianças que, entre um mergulho e outro, ainda encontravam tem-

po para jogar bola em um campo improvisado ali próximo.

Mais distante da cidade ficava a encantadora Cascatinha, quase um tesouro escondido entre morro e uma mata fechada. Ir até lá era como partir para uma pequena expedição. O trajeto atravessava propriedades antigas, passava perto dos currais, seguia por trilhas estreitas e serpenteava entre campos abertos, de onde se podia avistar a grande extensão da cidade ao longe.

A cada passo, a natureza parecia revelar um segredo novo. Pequenos lagos de águas silenciosas refletiam o céu como espelhos. O riacho corria manso em alguns trechos fazia curvas delicadas entre pedras e, em outros, despencava em quedas sobre pedras cobertas de limo verde.

As árvores fechavam a mata em alguns pontos, deixando passar apenas feixes dourados de luz que desenhavam brilhos sobre a água. As pedras eram escuras, exigindo cuidado, mas nada diminuía o encanto daquele lugar.

Havia piteiras espalhadas pelo caminho que davam um charme especial à paisagem, compondo o verde intenso da vegetação. Resistentes e imponentes, cresciam entre pastos e barrancos. O ar ali parecia mais puro, mais fresco, carregado do perfume úmido das folhas, da terra e das flores silvestres escondidas entre as matas.

E talvez seja justamente isso que torna essas lembranças tão preciosas. Elas pertencem a um tempo em que os dias pareciam mais longos, os encontros mais sinceros, e a felicidade cabia inteira dentro de uma tarde à beira d’água. São retratos de um mundo mais calmo, onde as águas corriam livres e levavam consigo as melhores lembranças da vida.

Hoje, o Sô Olímpio, a Cascatinha e tantos outros lugares vivem guardados na memória afetiva de quem teve o privilégio de conhecê-los. Permanecem vivos não apenas como espaços físicos, mas como pedaços de infância, adolescência e juventude.



ZECA IZALTINO

Por Fabio Antônio Caputo
Membro do IHGST

No Largo da Matriz pede ao Padroeiro uma bença para essa crônica sobre uma São Tiago alternativa. Toca uma légua para a Lagoinha. Quebra prós lados do Capão Grosso, e depois do Sassafrás Gigante e antes da Ermida de N. S. das Graças, é só firmar a rédea do baio, ou breca a furreca se for abonado. E aí apiar e espiar prá direita. Mistério! Poucos conseguem ver aluindo e aluindo por riba do bafo de poeira, uma birosca, um butequinho beira estrada. Menos ainda podem entrar.

A chuva já derreteu e dismilinguiu o nome parede abaixo. O povo não tá nem aí, pois não bebe nome. A graça do dono é Seu Salú, Jericó Salustiano, nascido na lonjura do Germinal. Solteiro e sem família, simpático, meio lambão e balofo de estampa, esconde um baita coração e uma gentileza de mãe. Morou meia vida em Itutinga até tomar rumo de volta.

Seu Salú tem um amigo muito esturdio. Um bitelo dum cachorrão marrom brilhante. Eles dizem que seu dono era um capataz de fazenda ruim da peste, lá na Vargem Grande. O fedazunha fazia judiação com o bicho pramode ficar mais brabo. Um dia o grandão cansou de passar apanhado e mesmo fraco e estropeado, picou mula vindo dar por aqui. Acabou arranchando na casa de um vizinho de fundo do Seu Salú, depois da pinguela. Um queijeiro cheio de alma que o adotou. O espetaqueiro da freguesia, gente boa, com o espírito de porco nas ventas, deu na veneta de achar que o cão, agora gordo, sem berne e feliz, era a cara de seu novo dono. Batizou-

-o com o mesmo nome do queijeiro: Zeca Izaltino! E pegou facinho!

A rotina do bar é simples. Quase seis da tarde Zeca Izaltino chega desembestado babando língua. Estaca na soleira de pedra e fica na espreita, de tocaia. Seu Salú abre as portas ele corre para debaixo da mesinha do velho rádio que logo toca a Hora do Ângelus. O plantão noturno começa. Ganha osso de freguês e fica de parceria até as dez, então levanta num pulo, estica o esqueleto, abana o cotoco do rabo, dá um latido sorridente de despedida para o amigo e vai para casa.

O ponto é agradável, de boa fama, que nem futrica ou fuxico manchou, benza Deus. Ambiente bem masculino, a música tem que ser decente, sem bate coxa, para não dar chance ao tinhoso. Bebum vai para casa cedo tomar bordo. Um carteado leve é liberado, com fichas valendo uma merrequinha, menos o Truco, pelo barulho e gritaria para não aticar briga. Cozinha simples, nas mãos santas de Dona Jolina, vizinha de lado. Serve linguça, pernil, mandioca, torresmo, jiló, angu, ovo e carne cozida, a melhor da região. A canjibrina, da Carapuça ou Botiqueira e Ambira. Cerveja gelada, por respeito.

Como muita gente ofendeu as vistas tentando e não enxergando o bar, em certa quadra chamaram um especialista em São Tiago. Um caboco engomado, cheio de provérbios. Ele proseou sobre bulhufas, uns trem sem jeito, que ninguém tomou sentido. Falou que para ver o butequinho o coração e os olhos tinham que ter pureza e merecimento. Era difícil, quiném quiném ir para o céu. Aí o povo assuntou aquele troço e concordou cismado. Seu Salú e o Zeca Izaltino encontraram a Casa da Bem-Aventura no Reino da Perfeição. Sonham em ficar ali para sempre, em paz. Deveras.



Norma valoriza a contribuição histórica das cooperativas para o desenvolvimento e a identidade do Brasil

O cooperativismo brasileiro agora tem reconhecimento formal na legislação brasileira como parte da cultura do país. Foi publicada nesta quarta-feira (17) a Lei 15.433/2026, que reconhece o cooperativismo como manifestação da cultura nacional e reforça a importância de um modelo construído sobre valores como ajuda mútua, participação democrática, responsabilidade compartilhada e desenvolvimento coletivo.

A nova legislação representa uma vitória marcante para o movimento. A proposta, inserida na Agenda Institucional do Cooperativismo, foi apresentada pelo presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), deputado Arnaldo Jardim (SP), em um momento especialmente simbólico para o setor, marcado pelas iniciativas de valorização do Ano Internacional das Cooperativas, proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2025.

Agora sancionada, a nova lei evidencia a contribuição das cooperativas para a formação econômica, social e comunitária do Brasil. Presente em todos os estados e em milhares de municípios, o cooperativismo reúne milhões de pessoas em torno de objetivos comuns e ajuda a transformar realidades por meio da cooperação.

Para a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, trata-se do reconhecimento de uma trajetória construída ao longo de gerações. “O cooperativismo faz parte da história do Brasil. Está presente nas comunidades, no campo e nas cidades, promovendo inclusão, geração de oportunidades e desenvolvimento. Esse reconhecimento valoriza essa contribuição e reforça a relevância dos princípios cooperativistas para a construção de uma sociedade mais participativa e sustentável”.

Segundo ela, a nova legislação amplia, ainda, o entendimento da sociedade sobre o significado do cooperativismo e pode ser utilizada como fundamento adicional para a formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do segmento. “Muitas pessoas já se beneficiam do cooperativismo em áreas como crédito, saúde,

agropecuária, transporte e consumo, mas nem sempre identificam essa presença. O reconhecimento é importante também para ampliar esse entendimento e mostrar que cooperar é uma prática que gera prosperidade compartilhada e transforma realidades”.



O QUE DIZ A NOVA LEI

A Lei 15.433/2026 estabelece, em seu artigo primeiro, o reconhecimento do cooperativismo como manifestação da cultura nacional. O texto também reafirma o papel do Estado no apoio e estímulo à atividade cooperativista, conforme previsto no artigo 174 da Constituição Federal, que determina o incentivo e o fortalecimento do setor como parte da política econômica nacional.

CONSTRUÇÃO CONJUNTA

A conquista é resultado de um importante trabalho conduzido ao longo da tramitação da proposta. O Sistema OCB acompanhou o processo desde sua apresentação, e contribuiu tecnicamente para o debate e mobilização de lideranças em apoio à iniciativa.

Além do deputado Arnaldo Jardim, também tiveram papel importante na tramitação os deputados Lídice da Mata (BA) e Alex Manente (SP), bem como o senador Flávio Arns (PR), relatores responsáveis pela condução do projeto nas duas casas legislativas.

SistemaOCB

Cooperativismo é parte da cultura brasileira

Legado do Ano Internacional, reconhecimento abre caminhos para novas políticas públicas de apoio às cooperativas

Uma manifestação da cultura nacional reúne tradições e formas de expressão que representam a identidade, a história e os valores dos brasileiros. No dia 17 de junho, com a sanção da Lei nº 15.433/2026, o cooperativismo entrou para o rol de práticas que têm esse reconhecimento no país. Além de marcar uma conquista histórica de representação institucional, a nova legislação valoriza a cooperação e fortalece um movimento que representa 25,8 milhões de pessoas em todo o território nacional.

A Constituição Federal assegura a proteção e promoção das manifestações da cultura nacional por meio de políticas públicas e leis específicas. A inclusão do cooperativismo nesse conjunto pode impulsionar novas iniciativas de fomento ao setor, promovendo uma cultura baseada na ajuda mútua, na participação democrática e no compromisso com as comunidades.

Para a presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, a lei reconhece uma trajetória construída por milhões de cooperados. “O Brasil passa a afirmar, oficialmente, que cooperar faz parte da sua identidade social, econômica e comunitária. Isso amplia a visibilidade do movimento, fortalece sua legitimidade perante a sociedade e contribui para que mais brasileiros compreendam que o cooperativismo vai muito além de um modelo de negócios”, destaca.

Segundo Tania, o próximo passo para a representação institucional do coop é garantir que o novo *status* contribua para ampliar a presença das cooperativas nas políticas públicas e fortalecer seu reconhecimento como modelo estratégico para o país. “A lei cria um ambiente ainda mais favorável para que o cooperativismo seja considerado em iniciativas voltadas à educação, à cultura, ao desenvolvimento territorial e à inclusão produtiva. É uma oportunidade de tornar ainda mais visível a contribuição do setor para o Brasil”, avalia.

TRADIÇÃO MINEIRA

Em Minas Gerais, a conquista foi recebida como um impulso para seguir trabalhando pelo desenvolvimento do Estado de forma coletiva e com impacto social. Para o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato, a medida fortalece a presença do cooperativismo no debate público e amplia sua legitimidade como modelo de desenvolvimento. “O reconhecimento como manifestação cultural brasileira reforça que o cooperativismo não é apenas uma atividade econômica,

mas uma maneira de pensar o mundo de forma coletiva”.

Scucato destaca que o marco tem um significado especial para Minas Gerais, berço do movimento cooperativo no Brasil. “Temos vários exemplos de gerações de cooperativistas na mesma família e isso é motivo de orgulho para nós. O cooperativismo faz parte da vida de 60% dos mineiros, são milhões de pessoas que confiam no nosso modelo de negócios e encontram nas cooperativas uma forma de organização social e de compartilhar a vida”, destaca.



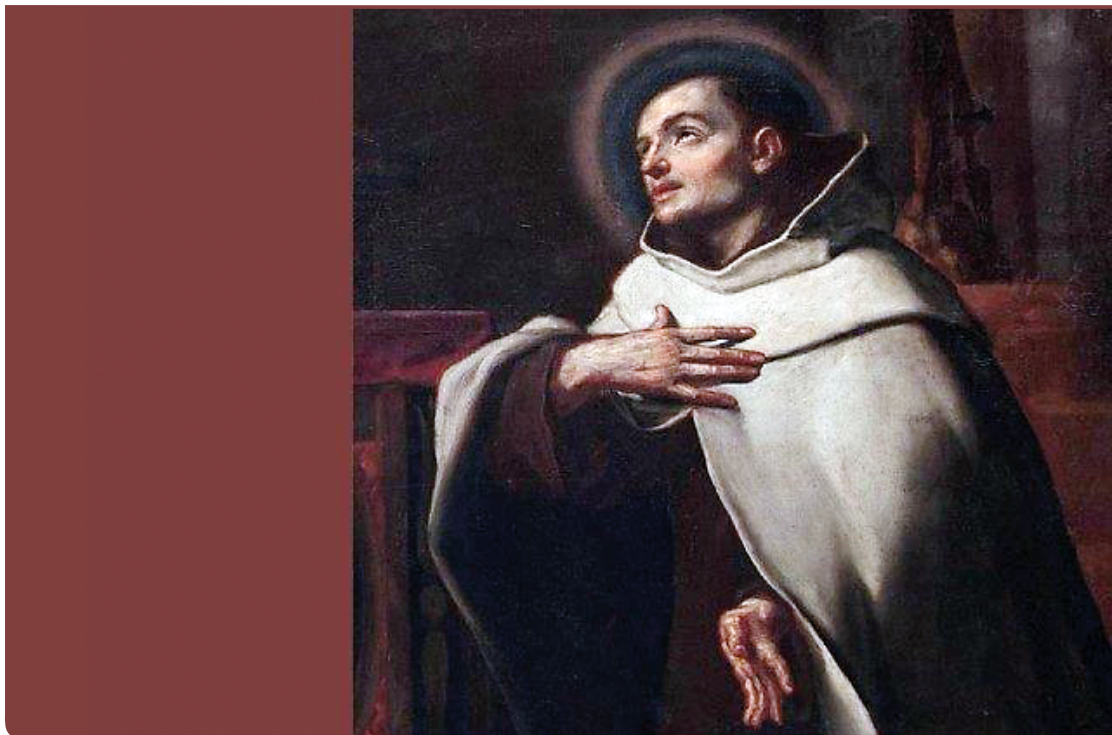
NOVOS DESAFIOS

A Lei nº 15.433/2026 é um legado do Ano Internacional das Cooperativas, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2025, e teve origem em proposta apresentada pelo deputado federal Arnaldo Jardim, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo no Congresso Nacional (Frencoop).

O parlamentar destaca que a conquista institucional vai muito além do aspecto simbólico e cria bases importantes para novas políticas públicas. “Estamos dando visibilidade a um modelo que reúne milhões de brasileiros e gera resultados econômicos, sociais e humanos em todas as regiões. A lei ajuda a consolidar o cooperativismo não apenas como atividade econômica, mas como uma expressão legítima da forma como as comunidades brasileiras se organizam e constroem soluções para seus desafios”, explica.

Na avaliação de Jardim, a sanção da lei marca o início de um novo ciclo para o movimento cooperativista. “Esta é uma conquista histórica, mas também o começo de uma nova etapa. O desafio agora é transformar esse reconhecimento em ações concretas que fortaleçam ainda mais a cultura da cooperação e ampliem seu impacto positivo na vida das pessoas”, conclui.

SistemaOcemg



São João da Cruz, doutor e místico: em 2026 dois centenários

Este ano de 2026 recorda dois centenários de São João da Cruz: o da sua canonização, que aconteceu pelo Papa Bento XIII, em 27 de dezembro de 1726, e o da proclamação como Doutor da Igreja, no dia 24 de agosto de 1926, pelo Papa Pio XI. Artigo do Frei Patrício Sciadini, OCD, que hoje vive no Cairo, Egito.

Por Frei Patrício Sciadini, OCD

Celebrar o centenário de alguém ou de um acontecimento que marcou bem ou mal a história serve para evitar o mal ou viver o bem. São João da Cruz é um dos maiores místicos, também Doutor da Igreja, quer dizer que a sua doutrina não tem erros e que pode ser seguida para alcançar a contemplação, vivenciar a oração e percorrer com segurança o caminho da espiritualidade. Esta culmina nesta vida com a íntima união com Deus, que a Igreja chama de matrimônio espiritual.

João da Cruz nasceu no dia 24 de junho de 1542, no chamado “século de ouro” na Espanha, dos grandes santos e do período do Concílio de Trento, e morreu em 14 de dezembro de 1591. Uma infância pobre, órfão desde pequeno, distante da mãe por causa da carestia, trabalhava de dia e estudava de noite. Fez a experiência da solidariedade de pessoas que o ajudaram e que o educaram nos sentimentos cristãos. Entrou no Carmelo em Medina del Campo e estudou na conceituada Universidade de Salamanca.

Sedento de perfeição e de coerência na sua vida consagrada, viveu uma crise de identidade que foi resolvida no encontro com Santa Teresa de Ávila, de quem foi fiel cooperador na reforma do Carmelo.

CARMELITA DESCALÇO

A segunda metade do século XVI foi historicamente um período de renascimento na Igreja, impulsionado pelas reformas do Concílio de Trento. Muitas ordens religiosas estavam vivendo uma decadência na observância religiosa, e começou um renovamento para voltar a uma vida mais autenticamente evangélica, mais austera, baseada na oração, vida fraterna e missão. Assistimos ao surgir de novas Congregações re-

ligiosas, como a Companhia de Jesus, por iniciativa de Santo Inácio de Loyola.

Santa Teresa de Ávila, nascida no dia 28 de março de 1515, era monja no Carmelo da Encarnação, onde viviam mais de 180 monjas. Sentiu uma profunda inspiração de começar uma renovação da Ordem, formando uma pequena comunidade, treze monjas à imitação do colégio apostólico, Jesus e os doze. Esta comunidade iniciou no dia 24 de agosto de 1562. Para que o seu projeto pudesse ter continuidade e assistência religiosa, percebeu que seria necessária a presença de “frades que comungassem o mesmo espírito”. Assim, no dia 28 de novembro de 1568, com São João da Cruz, surgiram os Carmelitas Descalços.

UMA VIDA ABERTA AO ESPÍRITO SANTO

João da Cruz, homem sábio e decidido no seu caráter a perseguir o ideal de uma vida o mais conforme possível a Jesus Cristo, amigo e companheiro, única Palavra que o Pai pronunciou em silêncio e que continua a pronunciá-la em silêncio, levou a sério o novo estilo de vida. Formador dos primeiros carmelitas, vários dos quais provinham do Carmelo antigo, com equilíbrio formou para uma vida de oração, austeridade e atendimento ao povo que vivia ao redor dos conventos.

No início tudo isto foi realizado com todas as licenças dos superiores, mas quando o fenômeno iniciado por Santa Teresa e por São João da Cruz se ampliou, começaram as dificuldades, conflitos e lutas, tentando sufocar este novo movimento da Descalcez, palavra espanhola que significa austeridade, por ir com sandálias, sinal de pobreza e de penitência.

Os atritos entre os Carmelitas Descalços e os outros chegaram ao ponto de que um grupo “sequestrou João da Cruz”, enquanto era confessor no mosteiro da Encarnação, e foi le-



vado a Toledo, onde passou nove meses na cadeia conventual, da qual fugiu na noite de 14 de agosto de 1578.

Daí iniciou um caminhar pela Espanha, fundando conventos e mosteiros e visitando frades e monjas. Não vão faltar sofrimentos, cruzes e lutas internas, mas o seu estilo de vida silencioso, preocupado em viver com fidelidade a sua vocação, e o seu testemunho questionam os que vivem com ele. O seu programa é: “silenciar e agir”.

Poeta e místico, escreve poesias que traçam o caminho que o ser humano deve percorrer para chegar a Deus. Monjas e frades pedem que ele explique estes “versos sublimes e espirituais”, e destas explicações nascem as suas grandes obras: Subida do Monte Carmelo, Noite Escura, Cântico Espiritual e Chama Viva de Amor.

DOUTRINA

Em todos os seus escritos, João da Cruz não fala dos problemas políticos, nem da Igreja, nem das grandes descobertas, como a da América. A sua preocupação é outra: como ele mesmo diz, “pegar pela mão a pessoa que decide o caminho para Deus, o caminho da conversão, e levá-la até a mais íntima comunhão com Deus que seja possível aqui na terra”.

Este caminho consiste em purificar todos os desejos que não sejam Deus, passar pelas noites escuras do espírito, não se deter em consolações e não buscar prazer em nada. Um caminho marcado pela palavra tão querida a João da Cruz: “nada, nada, nada”, para possuir o Tudo que é Deus.

Deus, em São João da Cruz, é o centro e é essencialmente amor, e somente ama e só o conhece quem corresponde a este amor gratuito de Deus. Deus nos busca e nós buscamos a Deus. Ele toma a iniciativa de nos amar; e “se é verdade que o homem busca a Deus, é ainda mais verdade que Deus busca o homem”.

Deus se revela amor especialmente no mistério da Encarnação. A alma-esposa busca Cristo, seu Esposo, e se une a Ele, sendo transformada no amor. Esta união acontece através das purificações inevitáveis na vida, que o místico espanhol chama de “noites”. Deus é transcendente, mas onde podemos encontrá-lo? Para João da Cruz, Deus deixa a sua presença, o seu sinal, em todas as coisas, mas habita “essencialmente” no nosso coração, dentro de nós. Feliz é a alma que consegue encontrá-lo dentro de si mesma. E cita Santo Agostinho: nem fora de nós, nem longe de nós, mas dentro de nós.

A imersão total em Deus acontece, para João da Cruz, no matrimônio espiritual e na consumação da chama viva de amor. A obra Chama Viva de Amor canta esta plena transformação da alma em Deus. Somos, como ele dirá, “endeusados”.

O HOMEM: a finalidade última do ser humano é encontrar Deus e unir-se a Ele definitivamente numa união transformante. Para São João da Cruz, o ser humano “anda inquieto buscando quem amar, e ao mesmo tempo tem necessidade de ser amado”. Somente o amor pode satisfazê-lo plenamente.

O ser humano “se dá conta, toma consciência” de que deve iniciar esta busca do seu amado Deus, e sai como a esposa do Cântico dos Cânticos na busca do amado e pergunta a todas as criaturas se o têm visto e se sabem onde o amado se esconde. É esta a trama da obra espiritual e mística de João da Cruz: O Cântico Espiritual, a obra mais pedagógica que ensina o caminho que deve ser seguido para chegar a Deus, para deixar-se amar e amá-Lo.

Por isso, o esforço por nossa parte é eliminar da nossa vida todos os obstáculos que podem nos impedir de nos aproximarmos de Deus. Este caminho João da Cruz o compara a uma subida do Monte Carmelo: quem chega no cimo do monte, superando todas as dificuldades, é uma alma totalmente livre, possui a liberdade interior e exterior de todas as coisas.

ATUALIDADE DA DOUTRINA DE JOÃO DA CRUZ

São João da Cruz é cada vez mais atual, especialmente no

mundo de hoje. É lido não somente pelos católicos e cristãos, mas também pelos budistas, pelos filósofos e pelos psicólogos e psicanalistas. Por que este interesse ao redor dele, um santo que viveu séculos atrás? Vários são os motivos que aproximam o homem contemporâneo deste místico, que não pretende dar respostas para a “história”, mas para o ser humano, para que ele encontre o seu centro, o essencial, o interior, e uma vez reencontrado a si mesmo possa ajudar os outros a se reencontrarem.

NOITES E LUZES

O mundo de hoje é noite e luzes, uma luta constante. Ao nosso redor aumentam as guerras, a criminalidade, o avanço do mal; mas quem crê e busca a Deus sempre vê raios de luz, uma vitória que nasce da luta contra o mal. A cruz de Cristo sempre ilumina a vida de cada pessoa. As noites, por mais obscuras, não podem sufocar a luz da esperança. Da fragilidade nascem oportunidades novas que, se sabemos enfrentá-las purificando-nos do ódio e da violência, podem se tornar novos caminhos da humanidade.

João da Cruz nos recorda nos seus escritos continuamente o ideal pelo qual fomos criados: a felicidade, Deus, e as dificuldades que devemos superar. É o santo da esperança e das virtudes teológicas. Fé, esperança e caridade devem ser vividas em profunda harmonia e sinergia. Lentamente a noite se transforma em luz.

MÍSTICA DO COTIDIANO

Não encontramos na vida de São João da Cruz grandes coisas extraordinárias que ele tenha feito, nem grandes obras, mas sim uma pessoa decidida a viver a sua cotidianidade com fidelidade e com amor. Um religioso “normal” na vida de todos os dias, mas com uma atitude surpreendente de oração, de fraternidade e de missão.

Sempre plenamente disponível ao que os outros poderiam pedir-lhe, não recusava nenhum sacrifício. Cheio de amor fraterno, a história nos conta que, mesmo quando era confessor no mosteiro da Encarnação, e havia monjas que tinham necessidade de algo, ele se prestava para ajudar. O seu jeito de confessor e diretor espiritual “saiu” do ambiente restrito e conventual e se difundiu no meio do povo, tornando-se uma pessoa estimada e consultada.

João da Cruz era um ótimo teólogo, preocupado com o progresso espiritual das pessoas que recorriam a ele. Tinha uma grande capacidade de escuta e de diálogo. Embora a sua doutrina escrita seja exigente e às vezes dura, no trato com as pessoas era afável. O místico dirá: “Deus é terno e afável”. Quanto mais santos somos, mais humanos nos tornamos. “Penitências sem critérios são penitências de bestas”.

Hoje devemos recuperar, mesmo na Igreja, a mística do cotidiano. A santidade não é outra coisa senão viver o Evangelho de Jesus no decorrer das nossas atividades.

LIBERDADE INTERIOR

Quem busca a verdade e a encontra chega à verdadeira liberdade, uma liberdade que lhe permite sair dos túmulos do egoísmo e colocar-se ao serviço de Deus e dos outros.

São João da Cruz, com uma pequena poesia chamada Suma da perfeição, diz:

“Memória do Criador

Esquecimento da criatura

Atenção ao interior,

estando amando o Amado.”

Síntese maravilhosa do caminho espiritual: quem quer ser livre, mesmo num mundo feito de conflitos e de noites, encontra sempre a luz da liberdade que infunde coragem e vida.

Fonte: Site: Vatican News

1916 a 2026 – 118 anos da “Guerra do Contestado” Maria Rosa, a ‘Joana D’Arc do Contestado’ que liderou a Resistência aos 15 anos

FOTO: MUSEU WILLY ZUMBLICK



Representação artística de Maria Rosa, líder da resistência no Contestado

Em Caraguatá, em 1914, a adolescente Maria Rosa tornou-se líder religioso-militar da resistência no Contestado, combinando visões messiânicas e estratégias de combate na guerra (1912–1916) que resultou na morte estimada entre 10.000 e 20.000 pessoas.

A adolescente conhecida como Maria Rosa assumiu, por volta de 1914, a liderança do reduto de Caraguatá durante a Guerra do Contestado (outubro de 1912 a agosto de 1916), articulando autoridade religiosa e comando militar em uma luta por terras e trabalho contra a ocupação e as empresas que expandiam a ferrovia e a extração madeireira, segundo BBC News Brasil.

A Guerra do Contestado foi um conflito que misturou disputas fundiárias, expulsão de pequenos agricultores e transformações econômicas provocadas pela construção da ferrovia e pela atuação de companhias madeireiras. Entre cerca de 10.000 e 20.000 mortos, civis incluídos, marcam a violência social daquele período e a resposta militar da República contra redutos sertanejos. O conflito definiu ainda as atuais divisas entre Paraná e Santa Catarina.

No vácuo deixado pela morte do monge José Maria, as comunidades sertanejas organizaram-se em torno de lideranças messiânicas que combinavam festa, ritual e mobilização armada. Nilson Cesar Fraga, pesquisador e geógrafo, explica que a concessão de grandes áreas para empresas provocou a perda de terras e trabalho dos caboclos, produzindo uma demanda por redes de proteção que se expressaram em credos e resistência.

Maria Rosa, filha de um pequeno agricultor e neta do líder local Eusébio Ferreira dos Santos, tinha cerca de 15 anos quando ganhou projeção em Caraguatá. Raquel Panke Bittencourt, historiadora, ressalta que a autoridade da jovem derivava tanto da legitimidade espiritual — quando ela relatava visões atribuídas ao monge — quanto da capacidade de organização prática, o que a tornou “o cérebro e a alma” do reduto.

No plano prático, a liderança de Maria Rosa combinava presidência de rituais com decisões logísticas e ordens táticas aos combatentes. Relatos da época e análises posteriores apontam para sua participação ativa em confrontos, montagem a cavalo e presença nos estandartes do movimento, funções que romperam com o papel socialmente expectável para mulheres naquele início do século XX.

A ausência de registros fotográficos oficiais sobre a jovem influenciou a construção de sua figura pela arte, encenações e narrativas orais. Essa convergência entre memória popular e

representações culturais ajudou a transformar Maria Rosa em um símbolo de resistência, cuja imagem é tanto histórica quanto mítica, preservada em relatos e estudos acadêmicos.

A comparação frequente com Joana d’Arc — traduzida no apelido “Joana d’Arc do Sertão” — sintetiza a singularidade de uma liderança feminina juvenil e messiânica em contexto militar. Para Fraga, a analogia tem respaldo biográfico e simbólico: como a heroína francesa, Maria Rosa apoiou sua autoridade em experiências consideradas divinas e atuou de modo efetivo no comando local.

Para a historiografia, a trajetória de Maria Rosa ilumina dimensões cruciais da Primeira República: o choque entre expansão econômica e modos tradicionais de vida, as respostas do Estado às rebeliões rurais e a centralidade de lideranças religiosas em processos de coesão social. O Contestado permanece um caso de estudo sobre como conflitos de terra se articulam a formas de sociabilidade e crença.

A figura de Maria Rosa também impõe uma reflexão sobre gênero e memória: sua história questiona expectativas sociais e lembra que mulheres e adolescentes protagonizaram resistências armadas e simbólicas. Recuperar esse capítulo é, para historiadores e comunidades, reconhecer vozes que moldaram disputas por território, trabalho e justiça social no Brasil do início do século XX.

A ausência de registros fotográficos oficiais sobre a jovem influenciou a construção de sua figura pela arte, encenações e narrativas orais. Essa convergência entre memória popular e representações culturais ajudou a transformar Maria Rosa em um símbolo de resistência, cuja imagem é tanto histórica quanto mítica, preservada em relatórios e estudos acadêmicos.

A comparação frequente com Joana d’Arc — traduzida no apelido “Joana d’Arc do Sertão” — sintetiza a singularidade de uma liderança feminina juvenil e messiânica em contexto militar. Para Fraga, a analogia tem respaldo biográfico e simbólico: como a heroína francesa, Maria Rosa apoiou sua autoridade em experiências consideradas divinas e atuou de modo efetivo no comando local.

A figura de Maria Rosa também impõe uma reflexão sobre gênero e memórias: sua história questiona expectativas sociais e lembra que mulheres e adolescentes protagonizaram resistências armadas e simbólicas. Recuperar esse capítulo é, para historiadores e comunidades, reconhecer vozes que moldaram disputas por território, trabalho e justiça social no Brasil do início do século XX.

Escola Municipal “Dep. José Aldo dos Santos” completou 30 anos (1996–2026)

Por Marcus Santiago

No município, a necessidade de uma escola municipal voltada para a Educação Infantil tornou-se evidente, pois essa etapa de ensino não possuía prédio próprio, e a demanda de matrículas estava em constante crescimento. O espaço utilizado não era suficiente para atender a um número maior de alunos. Assim, a Escola Municipal “Deputado José Aldo dos Santos” foi criada pela Lei Municipal nº. 1.279, de 16/06/1996.

Em 26 de julho de 1996, realizou-se a solenidade de inauguração do tão sonhado prédio escolar na Avenida dos Expedicionários, 755, Bairro Nações Unidas, presidida pelo prefeito Miguel Salomão Neto. O prédio recebeu o nome do ilustre são-tiaguense Deputado José Aldo dos Santos em reconhecimento ao fato de que, em vida, ele angariou verbas para a construção das obras iniciais do educandário. Como são-tiaguense e político atuante na região, sempre se preocupou com a comunidade, tornando a homenagem merecida.

As atividades na escola tiveram início em agosto, com as turmas do 1º, 2º e 3º período da Educação Infantil. Além disso, a escola abrigou os 12 alunos do curso de suplência da Escola Municipal “Ildefonso Lopes da Silva”, que funcionava à noite.

No ano de 1998, o então governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, e o secretário de Estado da Educação, Walfrido dos Mares Guia, promoveram a transferência da responsabilidade pelas séries iniciais do Ensino Fundamental para a rede municipal, por meio do processo de municipalização do ensino em Minas Gerais. Com essa medida, as turmas do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA) até a 4ª série das Escolas Estaduais “Afonso Pena Júnior” e “Henrique Pereira Santiago” passaram a ser administradas pelo município. Em decorrência dessa mudança, a Escola Municipal “Deputado José Aldo dos Santos” assumiu parte da oferta do 1º Ciclo do Ensino Fundamental (CBA à 4ª série), iniciando suas atividades com 438 alunos matriculados e uma equipe composta por 31 servidores.

Para viabilizar essa transição, a escola passou por reformas e adaptações em sua estrutura física, com o objetivo de acolher alunos e servidores em sua nova organização, mantendo, ao mesmo tempo, o atendimento às turmas da Educação Infantil. Em razão dessa reorganização, a instituição recebeu autorização para ministrar os anos iniciais do Ensino Fundamental por meio da Portaria SEE/MG nº 592, de 15 de maio de 1998.

Em 1999, buscando aprimorar a qualidade do ensino e fortalecer o acompanhamento pedagógico, a escola passou a contar com um profissional de supervisão escolar para prestar assistência aos alunos e professores. Nesse mesmo ano, foram criados importantes órgãos e espaços de apoio à comunidade escolar, como a Biblioteca Escolar “Maria Celeste de Assis Alvarenga”, o Colegiado Escolar e a Caixa Es-



colar, contribuindo para o fortalecimento da gestão democrática e do desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas.

Em meados de 2000, seguindo a orientação da Superintendência Regional de Ensino, o Pré-escolar “Carrossel” foi integrado ao quadro de turmas da Escola Municipal “Deputado José Aldo dos Santos”, permanecendo em funcionamento até 2010.

A escola, atualmente, atende alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, abrangendo uma faixa etária de 6 a 10 anos, e recebe estudantes tanto da zona urbana quanto rural. O novo prédio foi inaugurado em 26/07/2023, situado na Rua Miguel Bernardes de Assis, 05, Bairro Nações Unidas.

A infraestrutura física da escola é composta por 12 salas de aula, uma biblioteca ampla com um acervo de aproximadamente 5.000 livros, uma sala de informática, um laboratório de Ciências, uma quadra poliesportiva coberta, um auditório multiuso, uma sala do grêmio estudantil, uma secretaria, uma sala da direção, uma sala de arquivo, duas salas de coordenação pedagógica, uma sala dos professores, uma cozinha, uma despensa, um refeitório, quatro banheiros destinados aos alunos, dois vestiários, um masculino e outro feminino, com sanitários e divisões internas, além de quatro banheiros destinados aos servidores.

Foram diretores da Escola: João Henrique Pereira, Nádia Monteiro Sales dos Santos, Nádia Simara Souza, Cristiane Maria Alvim Resende, Maria da Conceição Reis Silva, Elisângela Caputo de Castro, Cíntia Cheila Souza Alvim, e atualmente, Júlia Joseane Costa.

No dia 18 de julho de 2026, foi celebrada uma Missa em Ação de Graças na Igreja Matriz de São Tiago, seguida de um encontro comemorativo nas dependências da escola, que reuniu servidores, autoridades, familiares do patrono, o saudoso Deputado José Aldo dos Santos, e membros da comunidade escolar. O evento marcou oficialmente as comemorações pelos 30 anos da Escola Municipal “Deputado José Aldo dos Santos”.

Ao celebrar três décadas de história, a instituição reafirmou seu compromisso com a educação de qualidade, a formação cidadã e a transformação de vidas por meio do conhecimento. Ao longo desses anos, a escola tem desempenhado um papel fundamental na formação de crianças do município, construindo uma trajetória marcada pela dedicação, pelo trabalho coletivo e pela busca constante da excelência no ensino. Essa história foi escrita com o empenho de professores, servidores, gestores, estudantes, famílias e parceiros da educação, que contribuíram para consolidar a Escola Municipal “Deputado José Aldo dos Santos” como uma referência na educação pública de São Tiago e um patrimônio educacional do município.



AO PÉ DA FOGUEIRA



O CONDUTOR DE MULAS E O MORADOR ILUSTRE

Bons, duros tempos de antanho! Cidadezinhas isoladas, perdidas dentre os imensos rincões, frequentadas, contudo, por caixeiros viajantes – também conhecidos como cometas, mascates – responsáveis pela comercialização de mercadorias, a chegada de notícias, um pouco de conhecimento e novidades oriundas dos grandes centros.

Deslocando-se a cavalo ou de carro, hospedavam-se, em sua itinerante jornada, em hotéis, pensões e estalagens, alguns de razoável qualidade, outros mais rústicos. Um desses caixeiros, chegando à pequena cidade, à frente de três ou quatro mulas de cor trigueira, porém, enervadas, irrequietas, abespinhadas, ao peso de pesadas cargas. Ao avistar um morador nas proximidades da praça, aborda-o sem muita cerimônia:

– Meu amigo, conduza essas mulas até a Pavuna. Sou novato na região, substituindo um colega, viajando há horas, e fui recomendado a hospedar-me nessa hospedaria. Tenho, não só vendas, muita entrega a fazer na região, mu-

las esgotadas, necessitando-as e eu de descanso...

O morador, sem pensar nem pestanejar, de bom grado, tomou as mulas pelas rédeas, conduzindo-as até a hospedaria, servindo, ainda, de cicerone para o recém-chegado cometa.

Pessoas ali presentes, estranharam o fato, afinal o morador requisitado para conduzir as mulas, estava encaminhando o estranho para o concorrente. O morador era, nada mais, nada menos que Sabino Resende, proprietário da maior pensão da região, negociante de peso, homem de elevada fortuna e o mais alto conceito social, uma das maiores riquezas da época. E que, interpelado por um estranho, se dignou em levá-lo até a hospedaria concorrente. Homem respeitado, respeitoso, sumamente humilde, ético em todas as suas ações, que, dali a pouco, retornava, bem-humorado, fazendo tilintar nas mãos algumas moedas, exibindo-as aos transeuntes, incrédulos:

– Ganhei um bom trocado pelos serviços prestados.

Sabino Ferreira de Resende (1868–1939) um dos maiores empresários e afortunados de São Tiago, em todos os tempos. Proprietário de fazendas, comércio de secos e molhados (naqueles tempos, vendia toda e qualquer modalidade de mercadorias), dono de pensão, ranchos e pastagens para viajantes, padaria, tropas de muare que faziam o transporte de mercadorias entre as estações ferroviárias próximas para seu comércio na cidade etc.

A região da Pavuna, no passado, sempre ofertara pouso e estadia para viajantes, inclusive por proprietários como José Ribeiro do Vale, José Gabeth, sr. Chagas e outros, segundo a desvanecida crônica local. Há versões ainda de fato similar ocorrido com o sr. Modesto de Castro. Um viajante recém-chegado, vendo aquele senhor trajado de forma muito simples, à porta da pensão do sr. Sabino Resende, solicitou-lhe desarrrear e conduzir-lhe o animal até o pasto no Catimbau. O morador – que era o sr. Modesto, uma das maiores riquezas da região – o fez espontaneamente e ao retornar, cabresto à mão, é recompensado com uns trocados, aos quais o sr. Modesto rejeita categoricamente. – Senhor orgulhoso este, informou o viajante às pessoas próximas. – Recusou o trocado que lhe dei. – É que ele é, talvez, o homem mais rico de toda a região, informaram-lhe os circunstantes.

Realização:



Apoio:

